

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	12
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	15
---	----

Notas Explicativas	31
--------------------	----

Proposta de Orçamento de Capital	80
----------------------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	81
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	84
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	85
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	331.012.034
Preferenciais	0
Total	331.012.034
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	1.950.049	1.854.086	1.781.236
1.01	Ativo Circulante	706.350	708.824	776.446
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.476	2.547	2.698
1.01.02	Aplicações Financeiras	490.851	526.253	602.680
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	490.851	526.253	602.680
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras	490.851	526.253	602.680
1.01.03	Contas a Receber	203.890	170.823	161.374
1.01.03.01	Clientes	203.890	170.823	161.374
1.01.04	Estoques	5.163	4.098	763
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.091	1.557	2.276
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.091	1.557	2.276
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.879	3.546	6.655
1.01.08.03	Outros	2.879	3.546	6.655
1.01.08.03.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	315	1.240	2.181
1.01.08.03.05	Outros Créditos	2.564	2.306	4.474
1.02	Ativo Não Circulante	1.243.699	1.145.262	1.004.790
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	68.100	79.868	48.852
1.02.01.04	Contas a Receber	60.860	68.888	39.820
1.02.01.04.01	Clientes	60.860	68.888	39.820
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	7.240	10.980	9.032
1.02.01.10.03	Tributos a Recuperar	1.282	1.282	66
1.02.01.10.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	4.814	8.730	8.188
1.02.01.10.06	Depósitos Judiciais	1.118	967	777
1.02.01.10.07	Outros Créditos	26	1	1
1.02.03	Imobilizado	7.830	6.832	5.960
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.802	3.360	3.399
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	4.028	3.472	2.561
1.02.04	Intangível	1.167.769	1.058.562	949.978

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1.02.04.01	Intangíveis	1.167.769	1.058.562	949.978
1.02.04.01.02	Ativo de contrato da concessão	163.318	137.335	119.470
1.02.04.01.03	Intangível	1.004.451	921.227	830.508

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	1.950.049	1.854.086	1.781.236
2.01	Passivo Circulante	299.146	202.262	292.274
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	12.327	10.883	7.825
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.764	3.199	2.280
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	8.563	7.684	5.545
2.01.02	Fornecedores	21.870	25.003	31.699
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	21.870	25.003	31.699
2.01.03	Obrigações Fiscais	45.452	41.613	12.905
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	45.136	40.684	12.332
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	35.506	32.319	5.323
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais e Federais	9.630	8.365	7.009
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	-142	490	110
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	458	439	463
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	212.162	64.589	188.866
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	3.420	44.914	44.451
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	-1.016	40.179	40.032
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	4.436	4.735	4.419
2.01.04.02	Debêntures	208.742	19.675	144.415
2.01.05	Outras Obrigações	7.335	60.174	50.979
2.01.05.02	Outros	7.335	60.174	50.979
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	53.945	45.294
2.01.05.02.08	Outras Contas a Pagar	7.335	6.229	5.685
2.02	Passivo Não Circulante	941.218	1.136.231	1.275.647
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	826.152	1.005.701	1.146.224
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	7.551	38.797	81.489
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	-5.631	20.000	60.000
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	13.182	18.797	21.489
2.02.01.02	Debêntures	818.601	966.904	1.064.735

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.02.02	Outras Obrigações	29.130	42.263	40.362
2.02.02.02	Outros	29.130	42.263	40.362
2.02.02.02.03	Fornecedores e empreiteiros	7.653	2.382	0
2.02.02.02.05	Provisões	7.716	12.697	13.175
2.02.02.02.08	Outras Contas a Pagar	13.761	27.184	27.187
2.02.03	Tributos Diferidos	85.936	88.267	89.061
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	85.936	88.267	89.061
2.03	Patrimônio Líquido	709.685	515.593	213.315
2.03.01	Capital Social Realizado	326.283	326.283	124.427
2.03.01.01	Capital Social	343.639	343.639	124.427
2.03.01.02	Custo com Emissão de Novas Ações	-17.356	-17.356	0
2.03.04	Reservas de Lucros	383.677	188.375	87.613
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	343.630	188.375	15.182
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	40.047	0	72.431
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-275	935	1.275

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	903.213	796.858	684.921
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-318.555	-307.270	-248.646
3.03	Resultado Bruto	584.658	489.588	436.275
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-87.283	-74.495	-81.854
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-87.202	-74.673	-81.355
3.04.02.01	Despesas de Vendas, Administrativas e Gerais	-87.202	-74.673	-81.355
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.264	209	248
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.345	-31	-747
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	497.375	415.093	354.421
3.06	Resultado Financeiro	-71.939	-73.646	-44.823
3.06.01	Receitas Financeiras	78.621	44.474	30.836
3.06.02	Despesas Financeiras	-150.560	-118.120	-75.659
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	425.436	341.447	309.598
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-139.195	-114.309	-100.685
3.08.01	Corrente	-140.903	-114.928	-87.134
3.08.02	Diferido	1.708	619	-13.551
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	286.241	227.138	208.913
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	286.241	227.138	208.913
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,86474	1,0863	1,86863
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,86474	1,0863	1,86863

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	286.241	227.138	208.913
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-1.210	-340	1.138
4.02.01	Valor Justo de Derivativos	-1.833	-516	1.724
4.02.02	IR/CS sobre Valor Justo de Derivativos	623	176	-586
4.03	Resultado Abrangente do Período	285.031	226.798	210.051

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	271.740	289.382	230.823
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	559.679	474.769	415.390
6.01.01.01	Resultado Antes dos Tributos	425.436	341.447	309.598
6.01.01.02	Amortização e Depreciação	53.924	50.206	45.377
6.01.01.03	(Reversões) Provisões para Riscos Cíveis, Trabalhistas, Tributários	-1.747	1.620	4.232
6.01.01.04	Perda Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa	4.356	489	3.794
6.01.01.05	Baixa de Títulos do Contas a Receber	13.740	13.713	17.372
6.01.01.06	Resultado na Baixa de Intangível e Imobilizado	521	41	0
6.01.01.09	Rendimentos de Aplicações Financeiras	-61.378	-21.486	-6.916
6.01.01.10	Perdas (Ganhos) Líquidos com Instrumentos Financeiros Derivativos	2.532	-1.865	-7.101
6.01.01.11	Encargos Sobre Empréstimos e Debêntures	116.188	88.361	51.515
6.01.01.13	Amortização do Custo de Captação	3.390	4.966	2.040
6.01.01.14	Variação Cambial Líquida	-1.504	1.744	6.735
6.01.01.15	Ajuste a Valor Presente de Clientes	3.756	-4.690	-12.071
6.01.01.16	Atualização Monetária das Demandas Judiciais	-223	223	109
6.01.01.17	Baixa de Ativo Descontinuado	0	0	706
6.01.01.20	Provisão para Bônus Diretoria	688	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-63.102	-52.198	-47.758
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-59.711	-48.029	-49.831
6.01.02.02	Estoques	-1.065	-3.335	663
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	-220	700	-486
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	-151	-190	-96
6.01.02.07	Outros Créditos	-286	2.168	-2.587
6.01.02.12	Fornecedores e Empreiteiros	2.138	-4.314	7.305
6.01.02.13	Obrigações Trabalhistas e Sociais	1.444	3.058	193
6.01.02.14	Obrigações Fiscais	652	1.712	-1.344
6.01.02.16	Pagamento de Riscos Cíveis, Trabalhistas, Tributários	-3.011	-2.321	-1.538
6.01.02.18	Outras Contas a Pagar	-2.892	-1.647	-37

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01.03	Outros	-224.837	-133.189	-136.809
6.01.03.01	Juros Pagos	-99.789	-56.082	-52.332
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-125.048	-77.107	-84.477
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-62.927	-55.021	-530.099
6.02.01	Aplicações Financeiras, Líquidas	37.962	86.113	-431.666
6.02.02	Juros Recebidos	46.907	8.978	5.086
6.02.14	Aquisição de Ativo de Contrato da Concessão	-146.892	-149.939	-103.519
6.02.16	Aquisição de Imobilizado	-904	-173	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-208.884	-234.512	299.248
6.03.01	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures Captadas	0	0	450.000
6.03.03	Custo na Captação de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	0	0	-7.952
6.03.04	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures Pagas	-64.405	-311.192	-137.571
6.03.05	Dividendos Pagos	-144.884	-117.725	-6.874
6.03.07	Instrumentos Financeiros Derivativos Recebidos	405	1.486	1.645
6.03.09	Custo de Emissão de Novas Ações	0	-26.293	0
6.03.10	Recursos Provenientes de Aporte de Capital	0	219.212	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-71	-151	-28
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.547	2.698	2.726
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.476	2.547	2.698

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	326.283	0	188.375	0	935	515.593
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	326.283	0	188.375	0	935	515.593
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-90.939	0	0	-90.939
5.04.10	Dividendos Intermediários	0	0	-90.939	0	0	-90.939
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	286.241	-1.210	285.031
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	286.241	0	286.241
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.210	-1.210
5.05.02.07	Valor Justo de Derivativos	0	0	0	0	-1.210	-1.210
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	286.241	-286.241	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	14.312	-14.312	0	0
5.06.05	Retenção de Lucros	0	0	231.882	-231.882	0	0
5.06.08	Dividendos Adicional Proposto	0	0	40.047	-40.047	0	0
5.07	Saldos Finais	326.283	0	383.677	0	-275	709.685

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	124.427	0	87.613	0	1.275	213.315
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	124.427	0	87.613	0	1.275	213.315
5.04	Transações de Capital com os Sócios	201.856	0	-72.431	0	0	129.425
5.04.01	Aumentos de Capital	219.212	0	0	0	0	219.212
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-17.356	0	0	0	0	-17.356
5.04.09	Dividendos Intermediários e Intercalares	0	0	-72.431	0	0	-72.431
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	227.138	-340	226.798
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	227.138	0	227.138
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-340	-340
5.05.02.07	Valor Justo de Derivativos	0	0	0	0	-340	-340
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	173.193	-227.138	0	-53.945
5.06.04	Reserva Legal	0	0	11.357	-11.357	0	0
5.06.05	Retenção de Lucros	0	0	161.836	-161.836	0	0
5.06.08	Dividendos Mínimos e Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-53.945	0	-53.945
5.07	SalDOS Finais	326.283	0	188.375	0	935	515.593

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	124.427	0	0	-67.919	137	56.645
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	124.427	0	0	-67.919	137	56.645
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-53.381	0	-53.381
5.04.09	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio	0	0	0	-53.381	0	-53.381
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	208.913	1.138	210.051
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	208.913	0	208.913
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.138	1.138
5.05.02.07	Valor Justo Derivativos	0	0	0	0	1.138	1.138
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	87.613	-87.613	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	7.050	-7.050	0	0
5.06.05	Retenção de Lucros	0	0	8.132	-8.132	0	0
5.06.08	Dividendos Adicional Proposto	0	0	72.431	-72.431	0	0
5.07	Saldos Finais	124.427	0	87.613	0	1.275	213.315

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	975.770	861.763	739.975
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	817.826	704.697	633.514
7.01.02	Outras Receitas	1.264	209	248
7.01.02.02	Outras Receitas	1.264	209	248
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	161.036	157.346	110.007
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-4.356	-489	-3.794
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-333.400	-315.660	-262.400
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-87.110	-80.828	-75.474
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-85.254	-77.486	-76.919
7.02.04	Outros	-161.036	-157.346	-110.007
7.02.04.01	Custo de Construção	-161.036	-157.346	-110.007
7.03	Valor Adicionado Bruto	642.370	546.103	477.575
7.04	Retenções	-53.924	-50.206	-45.377
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-53.924	-50.206	-45.377
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	588.446	495.897	432.198
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	78.621	44.474	30.836
7.06.02	Receitas Financeiras	78.621	44.474	30.836
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	667.067	540.371	463.034
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	667.067	540.371	463.034
7.08.01	Pessoal	29.144	27.903	22.710
7.08.01.01	Remuneração Direta	20.030	19.520	15.532
7.08.01.02	Benefícios	7.585	7.042	6.136
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.529	1.341	1.042
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	219.560	180.135	160.331
7.08.02.01	Federais	219.132	179.773	159.716
7.08.02.02	Estaduais	147	121	78
7.08.02.03	Municipais	281	241	537
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	132.122	105.195	71.080

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.08.03.01	Juros	128.562	101.237	66.318
7.08.03.02	Aluguéis	3.560	3.958	4.762
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	286.241	227.138	208.913
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	0	8.087
7.08.04.02	Dividendos	40.047	53.945	45.294
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	246.194	173.193	155.532

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

EBITDA aumenta 18,5% e atinge R\$ 551,3 milhões em 2022

Campo Grande, 23 de fevereiro de 2023. A Águas Guariroba S.A. (“Águas Guariroba”, “concessionária” ou “Companhia”), presente em Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul, anuncia hoje os resultados do quarto trimestre de 2022 (“4T22”) e do acumulado do ano de 2022 (“12M22”). Também são apresentadas as comparações sobre o desempenho da Companhia entre o 4T22 e o quarto trimestre de 2021 (“4T21”) e entre o 12M22 e o ano de 2021 (“12M21”). Toda e qualquer informação não contábil ou derivada de números não contábeis não foi examinada pelos auditores independentes.

Destaques

- **Receita líquida¹ atinge R\$ 197,6 milhões no 4T22, um aumento de 14,0% na comparação com o 4T21. No 12M22, a receita líquida aumentou 16,1%, atingindo R\$ 742,2 milhões;**
- **EBITDA² atinge R\$ 158,2 milhões no 4T22, um aumento de 15,0% na comparação com o mesmo período do ano anterior, com margem EBITDA de 80,1%. No 12M22, o EBITDA atingiu R\$ 551,3 milhões, 18,5% acima do verificado no ano anterior, com margem EBITDA de 74,3%;**
- **A alavancagem, calculada pela relação Dívida líquida /EBITDA, ficou em 0,98x no 4T22 versus 1,15x no 4T21;**
- **A cidade de Campo Grande recebeu do Instituto Trata Brasil o Prêmio Casos de Sucesso e Inovação & Tecnologia por ter um dos menores índices de perdas de água no Brasil;**
- **A Águas Guariroba, através do Projeto Escolas Saneadas, entregou as obras de esgotamento sanitário em 2 das 116 escolas que receberão investimentos em saneamento, beneficiando cerca de 50 mil estudantes.**

¹ Valores não contemplam as receitas de construção do ativo intangível com margem próxima a zero (OCPC05)

² Valores não contemplam as receitas e custos de construção do ativo intangível e efeitos de amortização e depreciação

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Mensagem da Administração

Nossa natureza movimenta vidas, ajuda a garantir futuros mais azuis e traz conquistas para Campo Grande. No trimestre que fechou em dezembro de 2022, a Águas Guariroba recebeu o Quiron Bronze na premiação que é considerada o “Oscar do Saneamento”. O reconhecimento veio na categoria AMEGSA (As Melhores em Gestão no Saneamento Ambiental) do Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento (PNQS) realizada pela ABES - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental. Em sua 25ª edição, o PNQS aconteceu em Campo Grande, com a Águas Guariroba e Aegea como anfitriãs de um dos maiores eventos do setor do saneamento no Brasil.

Outro reconhecimento veio do Instituto Trata Brasil que, em parceria com o Centro de Estudos de Infraestrutura e Soluções Ambientais da FGV - Fundação Getúlio Vargas, entregou para a prefeitura de Campo Grande o Prêmio Casos de Sucesso e Inovação & Tecnologia, que reconhece boas práticas de municípios e empresas na área de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A capital de Mato Grosso do Sul foi reconhecida por ter um dos menores índices de perdas de água no Brasil: cerca de 19%, enquanto a média nacional é de 34%. O resultado é fruto de um sólido programa de redução de perdas colocado em prática pela concessionária e que é modelo no setor.

Na frequente busca pela excelência na prestação de serviços, a Águas Guariroba manteve a certificação ISO 9001:2015. A norma define os requisitos para garantir padrões de qualidade com o objetivo de buscar a satisfação dos clientes e a melhoria contínua do desempenho das empresas. Desde 2003, a Águas Guariroba vem mantendo a certificação ISO 9001 através de auditorias externas realizadas anualmente. A norma passou por atualização em 2015.

Abastecer a cidade com água de qualidade com regularidade está entre as principais missões da Companhia, por isso os investimentos em melhorias e inovação são ações perenes. O destaque do trimestre vai para a passagem do PIG na adutora da captação de água do córrego Guariroba. A operação durou aproximadamente oito horas, com o sistema totalmente parado para a manutenção sem nenhum impacto no abastecimento da cidade. Como resultado, a vazão da captação aumentou em 120 m³/h. Na captação Lageado, a passagem do PIG resultou em um aumento de vazão de 200m³/h e redução de 3% no indicador de kWh/m³ desta unidade que representa 50% do consumo de energia da concessionária.

O sistema de abastecimento de água recebeu também melhorias, como a troca de bombas da elevatória do bairro Noroeste, que aumentou a produção de água de 70 para 130m³/h. A rede de distribuição do bairro Portal da Lagoa também recebeu melhorias e, no Jardim Itatiaia, um novo reservatório foi instalado com capacidade de reserva de 50 mil litros de água, oportunizando a reativação da captação subterrânea do local.

A atuação social, reforçando os pilares em ESG da Águas Guariroba, ganhou ainda mais destaque no último trimestre de 2022. Através de parcerias com universidades e entidades assistenciais, mais de 2 mil pessoas tiveram acesso ao Programa Negócio Cultural. A iniciativa oferece oficinas gratuitas para microempreendedores locais, pequenos produtores e jovens a partir de 15 anos. A ação está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) instituídos pela Organização das Nações Unidas (ONU). Neste programa, são trabalhados objetivos como: trabalho decente e crescimento econômico; indústria, inovação e infraestrutura; redução das

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

desigualdades e consumo e produção responsáveis.

Na educação, o Programa Pioneiros contou com a participação de 38 adolescentes de escolas públicas de Campo Grande. Com a mentoria de profissionais da concessionária, eles produziram projetos inovadores no contexto do saneamento básico. O Programa Sanear, que leva palestras e educação ambiental para as escolas de toda a cidade alcançou 4,7 mil alunos no último ano. Com o Programa De Olho no Óleo, ampliado em 2022 com uma parceria com a Solurb, empresa responsável pela coleta seletiva do lixo na Capital, um total de 645 litros de óleo de cozinha foram destinados para a reciclagem.

Para garantir o acesso aos serviços de saneamento básico para todos, a Tarifa Social foi ampliada e chegou ao último trimestre do ano com mais de 20,2 mil famílias beneficiadas com descontos de 50% nas tarifas de água e esgoto.

No campo do Voluntariado, foram realizadas ações como doação de sangue, evento de Dia das Crianças e adoção de cartinhas para o Papai Noel. Cerca de 150 colaboradores voluntários adotaram cartas com pedidos especiais de Natal e entregaram seus presentes para crianças atendidas pelos

projetos sociais do Centro Espírita Fraternidade Anália Franco, no bairro Los Angeles, periferia da Capital. Também foram doados presentes para crianças em ações conjuntas com o Tribunal de Contas e o Ministério Público do Estado.

O Projeto Escolas Saneadas entregou as obras de esgotamento sanitário nas duas primeiras instituições de ensino listadas no cronograma de operações: o Centro de Educação Infantil Tia Eva e a Escola Estadual Antônio Delfino Pereira, na Comunidade Tia Eva. Para marcar este início de ação, foi realizada a entrega simbólica do Selo Escolas Saneadas. O projeto irá universalizar o acesso ao serviço de esgotamento sanitário em 116 escolas públicas da Capital, beneficiando cerca de 50 mil estudantes com a construção de aproximadamente 27 mil metros de rede de esgoto.

Com um time dedicado ao saneamento e que faz da Águas Guariroba uma empresa referência no setor, trilhamos uma jornada que nos encheu de orgulho em 2022. Seguimos trabalhando todos os dias para que mais pessoas tenham acesso ao saneamento básico de qualidade, construindo futuros mais azuis para pessoas com vidas cada vez mais plenas de cidadania.

A Administração

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Destaques Financeiros**

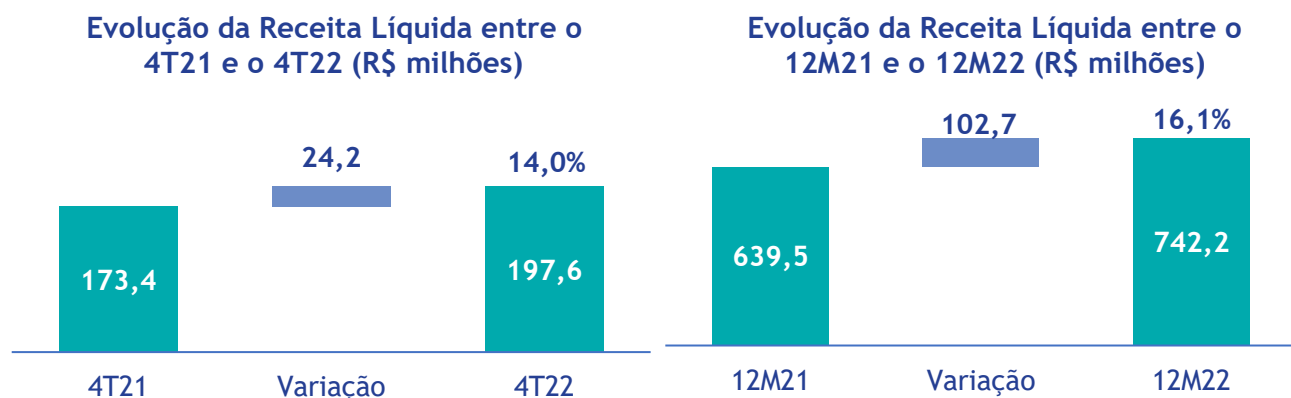
Destaques Financeiros (' 000)	4T22	4T21	Δ %	12M22	12M21	Δ %
Receita operacional líquida¹	197.570	173.374	14,0%	742.177	639.512	16,1%
Receita de água	149.679	128.287	16,7%	560.853	479.728	16,9%
Receita de Esgoto	70.586	63.935	10,4%	264.070	230.786	14,4%
Deduções da receita	(22.695)	(18.848)	20,4%	(82.746)	(71.002)	16,5%
Custos e despesas operacionais²	(39.324)	(35.735)	10,0%	(190.878)	(174.214)	9,6%
EBITDA	158.246	137.639	15,0%	551.299	465.298	18,5%
Margem EBITDA	80,1%	79,4%	0,7 p.p.	74,3%	72,8%	1,5 p.p.
Resultado Financeiro	(16.487)	(22.952)	-28,2%	(71.939)	(73.646)	-2,3%
Lucro Líquido	88.041	71.254	23,6%	286.241	227.138	26,0%

Receita Líquida

A receita operacional líquida¹ atingiu R\$ 197,6 milhões no 4T22, um aumento de 14,0 % em relação ao 4T21 em função, principalmente, do reajuste tarifário anual de 11,08% e reequilíbrio tarifário de 1,62%.

No 12M22, a receita operacional líquida cresceu 16,1% em relação ao 12M21 e atingiu R\$ 742,2 milhões em função basicamente dos mesmos eventos que impactaram o trimestre.

Os gráficos a seguir demonstram o crescimento da receita líquida entre os trimestres e os períodos acumulados:



1 Receita operacional líquida registrada nas Demonstrações Financeiras, deduzidas as receitas de construção com margem próxima a zero (OCPC05) e sem efeito-caixa, sendo R\$ 38,4 milhões no 4T21, R\$ 57,1 milhões no 4T22, R\$ 157,3 milhões no 12M21 e R\$ 161,0 milhões no 12M22.

2 Valores não contemplam os custos de construção ativo intangível com margem próxima a zero (OCPC05) sendo R\$ 157,3 milhões no 12M21 e R\$ 161,0 milhões no 12M22. e exclui os efeitos de amortização e depreciação.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

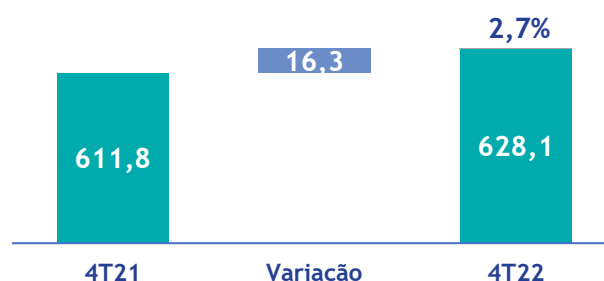
Economias Ativas¹

A concessionária finalizou o 4T22 com 628,1 mil economias ativas, sendo 368,6 mil economias de água e 259,4 mil economias de esgoto, totalizando um aumento de 2,7% no total de economias ativas em relação ao 4T21. Este aumento é resultado: (i) do crescimento vegetativo da população; (ii) da expansão das coberturas de água e esgoto.

Economias ativas	4T22	4T21	Δ %
Água	368.648	361.237	2,1%
Esgoto	259.433	250.518	3,6%
Total	628.081	611.755	2,7%

O gráfico a seguir demonstra o crescimento das economias ativas entre os períodos analisados:

Evolução de economias ativas entre o 4T21 e o 4T22 ('000)



Volume faturado

No 4T22, o volume faturado total foi de 22.629 mil m³, um aumento de 1,9% em relação ao apresentado no 4T21.

Esse crescimento é devido, principalmente:

- (i) À expansão na cobertura de esgoto no município;
- (ii) Ao crescimento do volume faturado de água nas categorias comercial e pública em cerca de 6% e 8%, respectivamente.

No 12M22, o volume faturado total atingiu 88.948 mil m³, um aumento de 1,0% em relação ao 12M21 devido, principalmente, à expansão das redes de esgoto. O volume faturado de esgoto no 12M22 apresentou um crescimento de 2,9% na comparação com o 12M21, enquanto o volume faturado de água apresentou redução de 0,3% no 12M22.

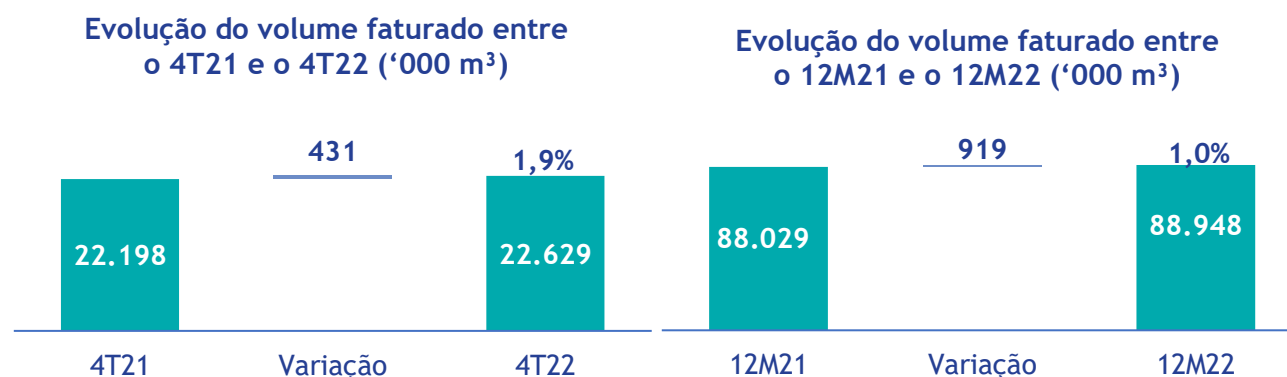
A tabela abaixo ilustra a comparação do volume faturado entre os trimestres e os períodos acumulados:

¹ Economias: Imóvel de uma única ocupação, ou subdivisão de imóvel com ocupação independente das demais, perfeitamente identificável ou comprovável em função da finalidade de sua ocupação legal, dotado de instalação privativa ou comum para o uso dos serviços de abastecimento de água ou de coleta de esgoto. Ex: um prédio com 10 apartamentos possui uma ligação e 10 economias.

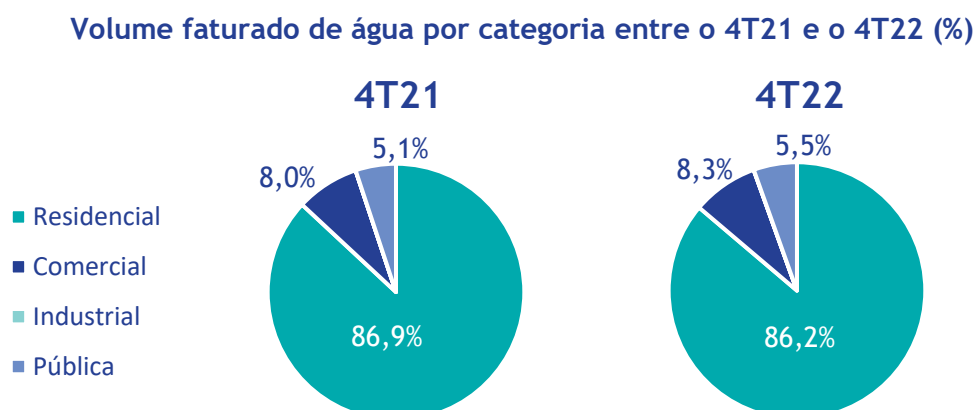
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Volume faturado ('000 m³)	4T22	4T21	Δ %	12M22	12M21	Δ %
Água	13.122	12.980	1,1%	51.591	51.740	-0,3%
Esgoto	9.507	9.218	3,1%	37.357	36.289	2,9%
Total	22.629	22.198	1,9%	88.948	88.029	1,0%

Os gráficos a seguir apresentam a evolução do volume faturado de água e esgoto entre os trimestres e os períodos acumulados:



No gráfico a seguir é demonstrado o volume faturado por categoria de consumo. A maior concentração de consumo ficou com o segmento residencial, que representou 86,4% do volume total faturado.

**Custos e Despesas**

No 4T22, os custos e despesas, descontados os efeitos da amortização e depreciação e custos de construção, totalizaram R\$ 39,3 milhões, um aumento de 10,0% na comparação com o 4T21 devido, principalmente, ao aumento nos custos e despesas com PECLD, pessoal e conservação e manutenção. Esses aumentos foram parcialmente compensados por reversões em provisões judiciais.

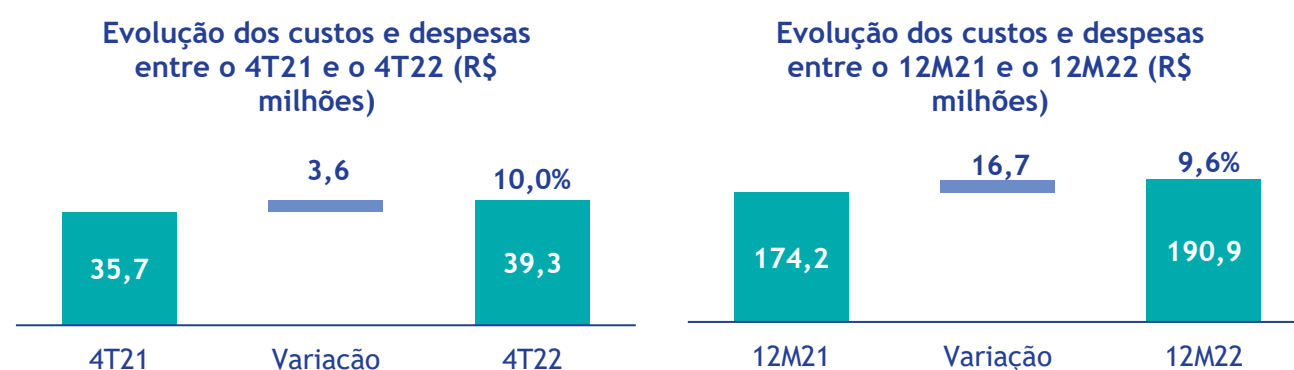
No 12M22, os custos e despesas, descontados os efeitos da amortização e depreciação e os custos de construção sem margem, totalizaram R\$ 190,9 milhões, um aumento de 9,6% na comparação com o 12M21, devido aos mesmos fatores citados anteriormente, assim como o aumento nos custos e despesas com energia elétrica.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Na tabela a seguir detalhamos as variações das linhas de custos e despesas entre os trimestres e os períodos acumulados:

Custos e Despesas ('000)	4T22	4T21	Δ %	12M22	12M21	Δ %
Pessoal	(9.549)	(7.725)	23,6%	(34.209)	(31.346)	9,1%
Serviços de terceiros	(11.872)	(13.014)	-8,8%	(49.288)	(50.445)	-2,3%
Conservação e manutenção	(845)	295	-386,4%	(3.506)	(3.141)	11,6%
Materiais, equipamentos e veículos	(51)	(751)	-93,2%	(2.881)	(3.334)	-13,6%
Custo de concessão	(2.881)	(2.830)	1,8%	(11.887)	(10.624)	11,9%
Energia Elétrica	(13.028)	(13.138)	-0,8%	(53.804)	(48.037)	12,0%
Produtos químicos	(312)	(959)	-67,5%	(3.732)	(3.761)	-0,8%
PECLD	(1.391)	4.607	-130,2%	(18.096)	(14.202)	27,4%
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	4.061	(160)	-2638,1%	1.747	(1.620)	-207,8%
Locação	(773)	(1.051)	-26,5%	(3.560)	(3.959)	-10,1%
Outros	(2.683)	(1.009)	165,9%	(11.662)	(3.745)	211,4%
Subtotal	(39.324)	(35.735)	10,0%	(190.878)	(174.214)	9,6%
Depreciação e Amortização	(13.474)	(11.036)	22,1%	(53.924)	(50.205)	7,4%
Total	(52.798)	(46.771)	12,9%	(244.802)	(224.419)	9,1%

Os gráficos abaixo apresentam a evolução dos custos e despesas entre os trimestres e os períodos acumulados:

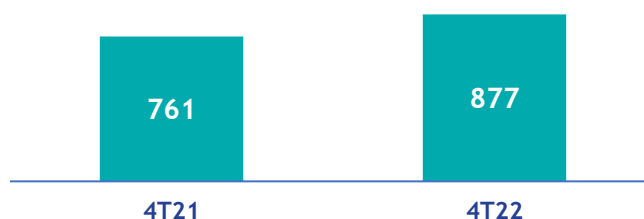


- Pessoal:**

No 4T22, os custos e despesas com pessoal totalizaram R\$ 9,5 milhões, um aumento de 23,6% em comparação com o 4T21. Esse aumento se deve, principalmente, ao reforço da área comercial, com novas contratações para ampliação das ações comerciais voltadas para o incremento da receita, como os serviços de fiscalização, cortes, religações, cobranças dentre outros.

No 12M22, os custos e despesas com pessoal totalizaram R\$ 34,2 milhões, um aumento de 9,1% quando comparado ao 12M21. Esse aumento se deve ao fator citado anteriormente, resultando em um aumento de 15,2%, ou 116 pessoas, no quadro de colaboradores.

A seguir a evolução do quadro de colaboradores da Companhia:

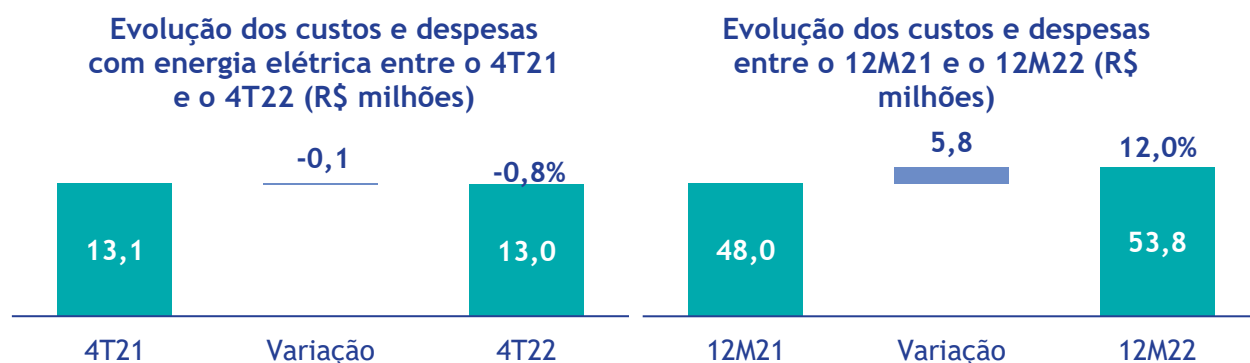
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Evolução do quadro de colaboradores totais entre o 4T21 e o 4T22**

- Energia:**

No 4T22, os custos com energia elétrica totalizaram R\$ 13,0 milhões, uma redução de 0,8% na comparação com o 4T21 devido principalmente ao aumento do percentual de energia contratado no mercado livre, saindo de 77% em 2021 para 88% em 2022, além do aumento da eficiência, com redução de 2,4% no consumo específico, ou consumo por metro cúbico, de energia.

No 12M22, os gastos com energia elétrica totalizaram R\$ 53,8 milhões, um aumento de 12,0% na comparação com o 12M21. No ano, os custos com energia elétrica foram impactados negativamente pela mudança na bandeira tarifária e aumento dos encargos do setor energético. Vale ressaltar que tais eventos foram parcialmente compensados pela estratégia da Companhia de aumentar o volume de energia contratado no Mercado Livre, que passou de 78,0% no 12M21 para 89,7% no 12M22, e pela redução no consumo específico de energia, decorrente das medidas de aumento da eficiência operacional e energética.

A seguir, a evolução dos custos e despesas com energia elétrica entre os trimestres e os períodos acumulados:



No 4T22, o consumo específico de energia apresentou redução de 2,4% em comparação ao 4T21 e encerrou o trimestre em 0,83 kWh/m³. Este resultado é decorrente das medidas de aumento da eficiência energética, como a utilização de passagem de PIG na maior unidade de captação da Companhia e a perfuração de poços que possibilitam uma melhor distribuição da água em relação ao custo de produção. No 12M22, o consumo específico apresentou uma redução de 1,8% em relação ao 12M21 e encerrou o ano em 0,83 kWh/m³, pelos mesmos fatores citados anteriormente.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Consumo específico de energia (kWh/m³)



Os custos e despesas unitários de energia elétrica¹ no 4T22 apresentaram uma redução de 4,9% em comparação com o mesmo período de 2021, passando de R\$ 0,41/m³ para R\$ 0,39/m³. No 12M22, os custos e despesas unitários de energia elétrica totalizaram R\$ 0,41/m³, ou seja, 10,8% acima do verificado em 12M21 devido ao impacto da bandeira tarifária de escassez hídrica, que esteve em vigor até maio de 2022.

Custo unitário de energia elétrica (R\$/m³)



• Perdas Esperadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD

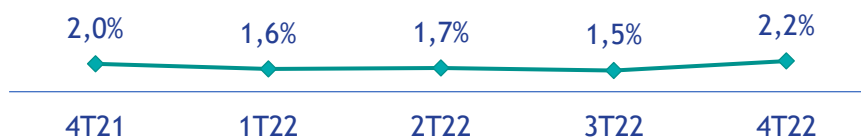
No 4T22, os gastos com a PECLD totalizaram R\$ 1,4 milhão, um aumento de 130,2% ou R\$ 6,0 milhões em relação ao 4T21. Esse aumento é resultado, principalmente, da revisão anual do índice de provisão de perdas ocorrida no 4T21.

No 12M22, os gastos com a PECLD totalizaram R\$ 18,1 milhões, um aumento de 27,4% em relação ao ano anterior, devido ao maior faturamento do período e, consequentemente, da maior provisão realizada.

Inadimplência

No período acumulado dos últimos doze meses findos no 4T22, a inadimplência² foi de 2,2%, valor 0,2 p.p. maior em comparação com o período acumulado no 4T21.

Inadimplência UDM



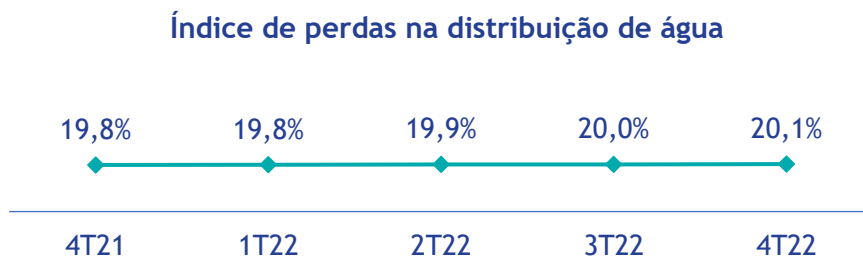
¹ A base para o cálculo do custo unitário (R\$/m³) inclui somente os custos de energia elétrica para produção de água e para tratamento de esgoto, ou seja, exclui despesas de energia administrativos.

² Cálculo da inadimplência: receita bruta excluídos cancelamentos / custos e despesas de PECLD.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Índice de perdas na distribuição de água

No 4T22, o índice de perdas¹ de água foi de 20,1%, praticamente em linha com os trimestres anteriores. No gráfico a seguir, a evolução do índice de perdas entre os trimestres:

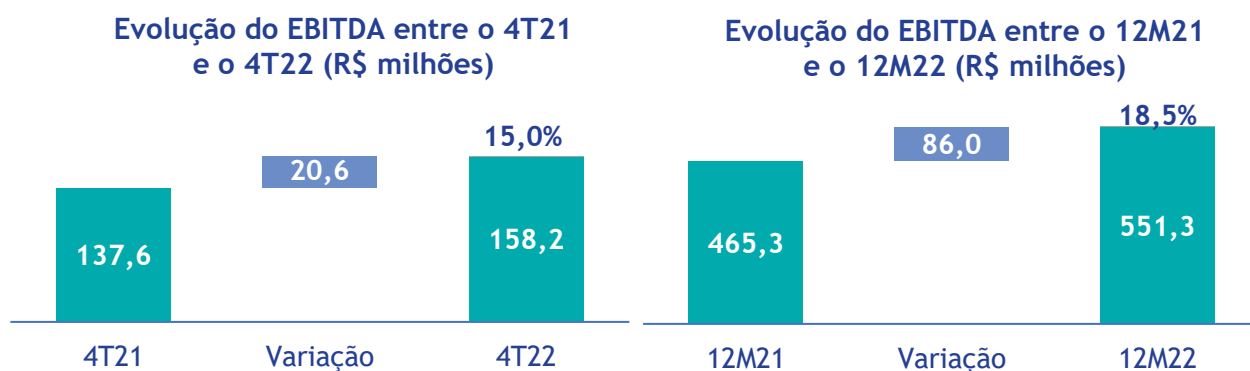


EBITDA

No 4T22, o EBITDA atingiu R\$ 158,2 milhões, um aumento de 15,0% na comparação com o mesmo período do ano anterior. Esse aumento ocorreu, principalmente, em decorrência dos reajustes tarifários realizados no período e do aumento no volume faturado. A Margem EBITDA atingiu 80,1% no 4T22, um aumento de 0,7 p.p. em relação ao mesmo período de 2021.

No 12M22, o EBITDA foi de R\$ 551,3 milhões, um aumento de 18,5% na comparação com o 12M21 devido aos mesmos fatores citados anteriormente. A Margem EBITDA atingiu 74,3%, um aumento de 1,5 p.p.

Nos gráficos a seguir, a evolução do EBITDA entre os trimestres e os períodos acumulados:

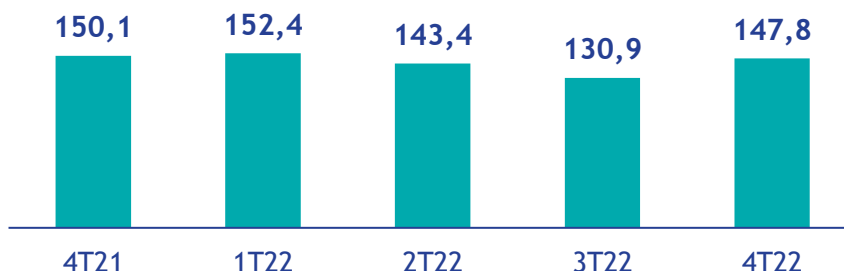


EBITDA (´000)	4T22	4T21	Δ %	12M22	12M21	Δ %
Lucro Líquido	88.041	71.254	23,6%	286.241	227.138	26,0%
(+) Resultado Financeiro	16.487	22.952	-28,2%	71.939	73.646	-2,3%
(+) Imposto sobre Lucro	40.244	32.397	24,2%	139.195	114.309	21,8%
(+) Depreciação e Amortização	13.474	11.036	22,1%	53.924	50.205	7,4%
EBITDA	158.246	137.639	15,0%	551.299	465.298	18,5%
Margem EBITDA	80,1%	79,4%	0,7 p.p.	74,3%	72,8%	1,5 p.p.

¹ IN049 (SNIS) - Cálculo Índice Perdas na distribuição (%): (Vol. de água Produzido (m³) + Vol. de água Tratada Importado (m³) - Vol. Água Serviço (m³)) - Vol. Água Consumido (m³) / (Volume de água Produzido (m³) + Volume de água Tratada Importado (m³) - Vol. Água Serviço (m³))

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**CAPEX**

No período acumulado de 12 meses findos no 4T22, a Companhia realizou R\$ 147,8 milhões em investimentos, sendo a maior parte na cobertura de esgoto, com implantação de mais de 30 quilômetros de rede coletora e reforma estação de tratamento de esgoto (ETE) Los Angeles, responsável por tratar 80% do esgoto da capital sul-mato-grossense.

CAPEX total acumulado em 12 meses (R\$ milhões)**Endividamento**

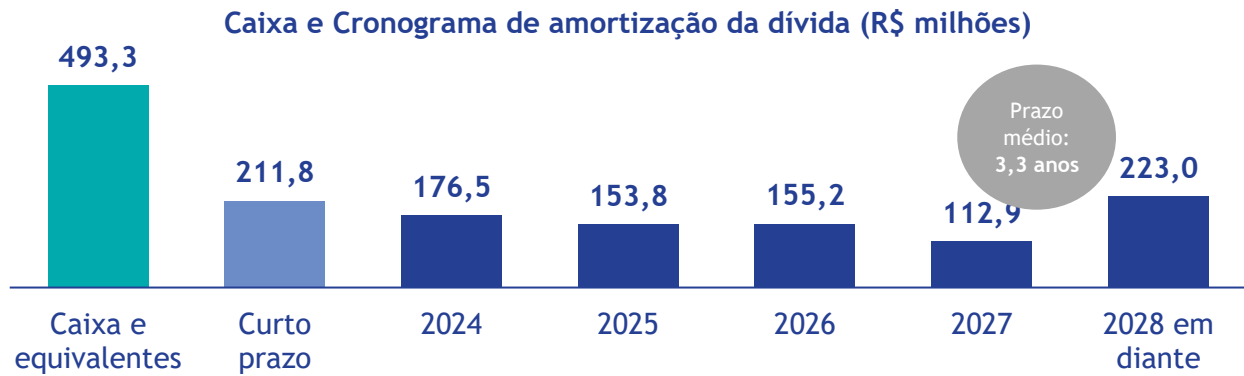
No 4T22, a Companhia registrou R\$ 1,0 bilhão de dívida bruta, uma redução de 2,7% em relação ao mesmo período de 2021.

O saldo de caixa e equivalentes e de aplicações financeiras somou R\$ 493,3 milhões, uma redução de R\$ 35,5 milhões se comparado ao mesmo período do ano passado. A dívida líquida ficou em R\$ 539,4 milhões, um aumento de 1,2% com relação ao 12M21. A alavancagem, calculada pela relação Dívida líquida / EBITDA, diminuiu, passando de 1,15x para 0,98x no 12M22.

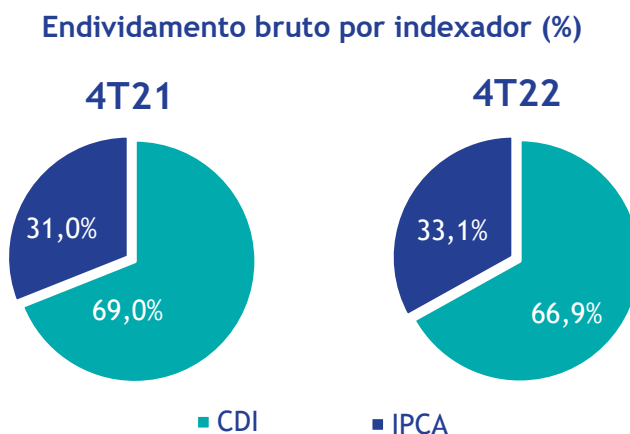
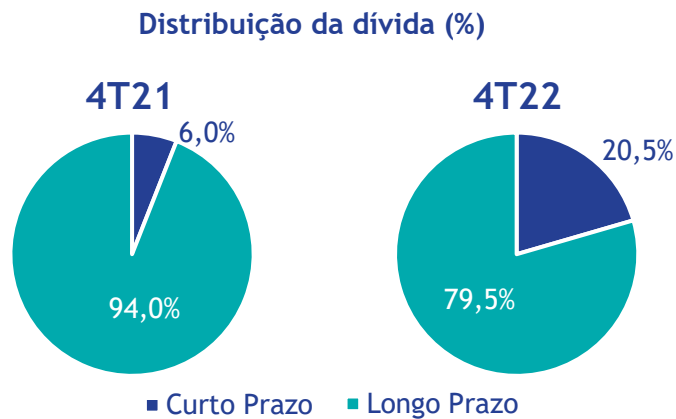
Endividamento (R\$ milhares)	12M22	12M21	Δ %
Dívida Líquida	539.441	532.936	1,2%
(+) Dívida Bruta	1.032.768	1.061.736	-2,7%
(+) Empréstimos financiamentos e debêntures	1.038.314	1.070.290	-3,0%
(-) Instrumentos financeiros derivativos	5.129	9.970	-48,6%
(+) Hedge de fluxo de caixa	(417)	1.416	-129,4%
(-) Caixa e Disponibilidades	(493.327)	(528.800)	-6,7%
EBITDA (12 meses)	551.299	465.298	18,5%
Dívida Líquida / EBITDA	0,98x	1,15x	-0,17x

No período encerrado em dezembro de 2022, o prazo médio da dívida da Águas Guariroba era de 3,3 anos. A dívida de curto prazo representava 20,5% do endividamento total e 42,9% do saldo de caixa e aplicações financeiras, conforme demonstrado no gráfico do cronograma de amortização¹ a seguir:

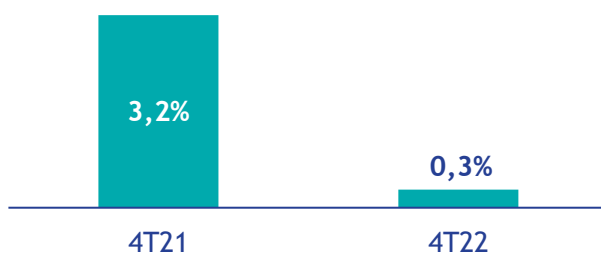
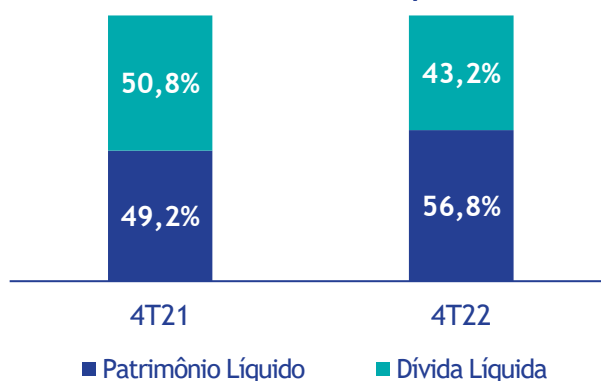
¹ O cronograma de amortização considera os instrumentos financeiros derivativos ativos e passivo e não considera os efeitos de marcação a mercado.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Os gráficos a seguir ilustram: (i) a distribuição da dívida da Companhia entre curto e longo prazo na comparação entre o 4T21 e o 4T22; e (ii) o endividamento bruto por indexador entre os trimestres analisados.



O custo médio da dívida de Águas Guariroba fechou em CDI + 0,3%. Em taxa pré-fixada, o custo da Dívida foi de 14,0% no 4T22 versus 12,6% no 4T21.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Custo médio da dívida (CDI+)****Estrutura de Capital****Declaração do artigo 2º da Instrução CVM nº 381/03**

Os auditores independentes (Ernst & Young Auditores Independentes S.S.) foram contratados, em dezembro de 2022, para prestar serviço de asseguarção limitada sobre o Relatório de Sustentabilidade ano-base 2022, em conformidade com a Norma e Procedimento de Asseguarção NBC TO 3000, emitida pelo CFC (Conselho Federal de Contabilidade) para asseguarção de informações não financeiras, e de acordo com o Comunicado Técnico 07/2012 emitido pelo IBRACON (Instituto dos Auditores Independentes do Brasil). O serviço será executado em prazo inferior a 1 ano e por ele é devido honorários totais no montante de R\$ 103.000,00, representando cerca de 2,11% dos honorários relativos aos serviços de auditoria das demonstrações financeiras. Ressalta-se que os trabalhos de asseguarção limitada do Relatório de Sustentabilidade, tanto na Aegea quanto na firma de auditoria, serão realizados por equipes diferentes daquelas responsáveis pela auditoria das demonstrações financeiras, não havendo, portanto, perda de independência ou objetividade dos auditores independentes.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Demonstrações Financeiras

Balanço Patrimonial (valores R\$ milhares)

	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO CIRCULANTE	706.350	708.824
Caixa e equivalentes de caixa	2.476	2.547
Aplicações financeiras	490.851	526.253
Contas a receber de clientes	203.890	170.823
Estoques	5.163	4.098
Tributos a recuperar	1.091	1.557
Instrumentos financeiros derivativos	315	1.240
Outros créditos	2.564	2.306
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.243.699	1.145.262
Contas a receber de clientes	60.860	68.888
Tributos a recuperar	1.282	1.282
Instrumentos financeiros derivativos	4.814	8.730
Depósitos judiciais	1.118	967
Outros créditos	26	1
Imobilizado	7.830	6.832
Ativo de contrato da concessão	163.318	137.335
Intangível	1.004.451	921.227
TOTAL ATIVO	1.950.049	1.854.086
PASSIVO CIRCULANTE	299.146	202.262
Empréstimos e debêntures	212.162	64.589
Fornecedores e empreiteiros	21.870	25.003
Obrigações trabalhistas e sociais	12.327	10.883
Obrigações fiscais	9.946	9.294
Dividendos a pagar	-	53.945
Imposto de renda e contribuição social	35.506	32.319
Outras contas a pagar	7.335	6.229
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	941.218	1.136.231
Fornecedores e empreiteiros	7.653	2.382
Empréstimos e debêntures	826.152	1.005.701
Provisões	7.716	12.697
Passivo fiscal diferido	85.936	88.267
Outras contas a pagar	13.761	27.184
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	709.685	515.593
Capital social	343.639	343.639
Custo com emissão de novas ações	(17.356)	(17.356)
Reservas de lucros	343.630	188.375
Dividendos adicionais propostos	40.047	-
Ajuste de avaliação patrimonial	(275)	935
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.950.049	1.854.086

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Demonstração do Resultado (valores R\$ milhares)**

	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta	985.959	867.860
Receita direta	824.923	710.514
Receita de construção ativo intangível	161.036	157.346
Deduções da receita bruta	(82.746)	(71.002)
Receita operacional líquida	903.213	796.858
Custos dos serviços prestados	(318.555)	(307.270)
Custos operacionais	(157.519)	(149.924)
Custos de construção ativo intangível	(161.036)	(157.346)
Despesas Operacionais	(87.283)	(74.495)
Gerais e administrativas	(87.202)	(74.673)
Outras receitas e despesas operacionais líquidas	(81)	178
Resultado operacional	497.375	415.093
Resultado financeiro	(71.939)	(73.646)
Imposto de renda e contribuição social	(139.195)	(114.309)
Resultado do Período	286.241	227.138

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Demonstração do Fluxo de Caixa (valores R\$ milhares)**

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes dos tributos	425.436	341.447
Ajustes para:	134.243	133.322
Amortização e depreciação	53.924	50.206
(Reversões) Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(1.747)	1.620
Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa	4.356	489
Baixa de títulos do contas a receber	13.740	13.713
Resultado na baixa de intangível	290	41
Resultado na baixa de imobilizado	231	-
Rendimentos de aplicações financeiras	(61.378)	(21.486)
Perdas (Ganhos) líquidas com instrumentos financeiros derivativos	2.532	(1.865)
Encargos sobre empréstimos e debêntures	116.188	88.361
Amortização do custo de captação	3.390	4.966
Variação cambial líquida	(1.504)	1.744
Ajuste a valor presente de clientes	3.756	(4.690)
Provisão para bônus diretoria	688	-
Atualização monetária das demandas judiciais	(223)	223
Variações nos ativos e passivos	(63.102)	(52.198)
(Aumento) / Diminuição dos ativos	(61.433)	(48.686)
Contas a receber de clientes	(59.711)	(48.029)
Estoques	(1.065)	(3.335)
Depósitos judiciais	(151)	(190)
Tributos a recuperar	(220)	700
Outros créditos	(286)	2.168
Aumento / (Diminuição) dos passivos	(1.669)	(3.512)
Fornecedores e empreiteiros	2.138	(4.314)
Obrigações trabalhistas e sociais	1.444	3.058
Obrigações fiscais	652	1.712
Pagamento de riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(3.011)	(2.321)
Outras contas a pagar	(2.892)	(1.647)
Juros pagos	(99.789)	(56.082)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(125.048)	(77.107)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	271.740	289.382
Aplicações financeiras, líquidas	37.962	86.113
Juros recebidos	46.907	8.978
Aquisição de ativo imobilizado	(904)	(173)
Aquisição de ativo de contrato da concessão	(146.892)	(149.939)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento	(62.927)	(55.021)
Empréstimos e debêntures pagas	(64.405)	(311.192)
Recursos provenientes de aporte de capital	-	219.212
Custo de emissão de novas ações	-	(26.293)
Instrumentos financeiros derivativos recebidos	405	1.486
Dividendos pagos	(144.884)	(117.725)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(208.884)	(234.512)
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	(71)	(151)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	2.547	2.698
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	2.476	2.547
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	(71)	(151)

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A Águas Guariroba S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima com registro de companhia aberta na categoria "B" perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), desde 06 de agosto de 2014, domiciliada no Brasil, com sede localizada na cidade de Campo Grande - MS. A Companhia foi constituída em 29 de setembro de 2000, iniciando efetivamente suas operações em 18 de outubro de 2000, de acordo com o Contrato de Concessão nº 104 com a Prefeitura Municipal de Campo Grande - MS.

O objeto do referido contrato consiste na exploração dos serviços públicos de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário outorgados em toda a área territorial do Município de Campo Grande - MS, sob o regime de concessão e em caráter de exclusividade, pelo prazo inicial de 30 anos.

Segmento Operacional

A Administração da Companhia avaliou a natureza do ambiente regulado em que opera e identificou que sua atuação tem como finalidade a prestação de serviços de saneamento (utilidade pública), a qual é utilizada, inclusive, para o gerenciamento das operações e tomada de decisões estratégicas, sendo a única origem de fluxos de caixa operacionais. Sendo assim, concluiu que atua apenas nesse único segmento operacional.

Em abril de 2012, foram celebrados entre a Companhia e a Prefeitura Municipal de Campo Grande, o 3º e o 4º termos aditivos ao Contrato de Concessão nº 104, que determina a extensão do prazo de concessão para exploração e prestação de serviços até 23 de agosto de 2060 ("prazo da concessão"), como consequência de reequilíbrios econômicos e financeiros, decorrentes da execução de serviços adicionais ao escopo inicial e em função à incorporação da universalização da coleta e tratamento de esgoto não prevista no contrato original.

Na sequência, a partir de 2014, a Companhia recebeu, da Prefeitura Municipal de Campo Grande, a determinação para que a Concessionária direcionasse os investimentos em cobertura de esgotamento sanitário para acompanhamento do cronograma de obras de pavimentação e implantação de redes de drenagem de águas pluviais, previstas no programa "Pavimentação e qualificação de vias urbanas" da Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades, que são de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Grande, o que impactou o cronograma de universalização dos serviços de coleta de esgoto. Em razão disso, por meio de ato do Município de Campo Grande, as metas de expansão do serviço público de esgoto previstas no 4º Termo aditivo ao Contrato de Concessão foram suspensas, para que as obras fossem direcionadas aos locais contemplados pelo Programa de Aceleração ao Crescimento (PAC).

Notas Explicativas

1. Contexto operacional--Continuação

Segmento Operacional--Continuação

A Companhia recebeu, em 16 de outubro de 2017, da Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados de Campo Grande (AGEREG), Ofício, determinando a suspensão dos efeitos do 3º e do 4º termos aditivos, em cumprimento à decisão liminar nº 122/2017, proferida pelo Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul, no âmbito do processo administrativo TC/115374/2012.

A Companhia, em defesa dos seus interesses e para a manutenção dos efeitos do 3º e do 4º termos aditivos, interpôs recurso de agravo de instrumento no Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul, em desfavor à Decisão Liminar nº 122/2017, que determinou a suspensão cautelar do 3º e do 4º termo aditivo. No julgamento do mencionado recurso, ocorrido no dia 11 de abril de 2018, o Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul, por maioria de votos, decidiu dar provimento parcial ao recurso de agravo de instrumento, determinando a retirada do 4º termo aditivo da decisão liminar nº 122/2017, mantendo, porém, a suspensão do 3º termo aditivo. Em resposta, a Companhia opôs embargos de declaração alegando omissão no acórdão exarado, sendo que esta medida foi rejeitada em 06 de junho de 2018. Atualmente, o processo administrativo está em fase de alegações finais para que seja julgado o mérito. A sua probabilidade de perda é remota.

A Companhia e a Prefeitura Municipal de Campo Grande, com a interveniência da Agência de Regulação, firmaram em 19 de dezembro de 2018 o 7º termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 104/2000, que reforçou a previsão de que a Concessionária deverá direcionar os investimentos em expansão do sistema de esgotamento sanitário para os locais onde o Poder Concedente for executar obras de pavimentação asfáltica no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e, em razão disso, as partes estabeleceram, que deverá ser realizado o reordenamento do cronograma e metas de universalização do sistema de esgotamento sanitário e demais medidas necessárias para o equilíbrio econômico do contrato, de acordo com as condições estabelecidas na Lei nº 11.445/2007 e pela Portaria Interministerial nº 571/2013, que instituiu o Plano Nacional de Saneamento Básico - Plansab. A Concessionária apresentou a proposta de reordenamento do cronograma de metas, que aguarda aprovação em dezembro de 2022, a Concessionária e a Agência Municipal de Regulação dos Serviços Públicos Delegados de Campo Grande – AGEREG, celebraram o Memorando de Entendimentos, documento que precede a formalização de termo aditivo contratual, o qual tem por objeto viabilizar a repactuação das metas contratuais de universalização do serviço de esgotamento sanitário.

Notas Explicativas

2. Base de preparação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 23 de fevereiro de 2023.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto se indicado de outra forma.

c) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos e incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nos seguintes itens:

- Reconhecimento e mensuração de perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 6);
- Definição de vida útil do ativo imobilizado;

Notas Explicativas

2. Base de preparação--Continuação

c) Uso de estimativas e julgamentos--Continuação

- Definição de vida útil do ativo intangível (nota explicativa nº 9);
- Reconhecimento e mensuração de provisão para demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das potenciais saídas de recursos (nota explicativa nº 13);
- Reconhecimento de receita (nota explicativa nº 17); e
- Reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos (nota explicativa nº 18).

d) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 19.

3. Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Receita de contrato com cliente

A Companhia reconhece suas receitas, pelo seu valor justo, à medida que satisfaz as obrigações de desempenho. As principais fontes de receita da Companhia estão descritas a seguir:

(i) *Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto*

A receita relacionada ao serviço de abastecimento de água e tratamento de esgotamento sanitário compreende a obrigação de desempenho que é composta pelo ciclo completo de operação do sistema sanitário, captação, adução, tratamento e distribuição de água e coleta, tratamento e destinação do esgoto, sendo reconhecida por ocasião da medição do consumo de água.

(ii) *Outros serviços indiretos de água e esgoto*

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviços de ligação de esgoto, instalações de hidrômetros e ligação e religação de água, sendo as obrigações de desempenho atendidas na conclusão de cada serviço prestado e a receita reconhecida neste momento.

(iii) *Receitas de construção ativo intangível*

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio da obra realizada. Essa receita é composta pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima a zero.

Notas Explicativas

3. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e/ou ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros.

Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPJ”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado ou mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda.

Notas Explicativas

3. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*--Continuação

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

(ii) *Mensuração subsequente*

Ativos financeiros

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros da Companhia são classificados em duas categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado;

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

São apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

3. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

(ii) *Mensuração subsequente--Continuação*

Passivos financeiros

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros da Companhia são classificados na seguinte categoria:

- Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

(iii) *Desreconhecimento*

Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado.

Notas Explicativas

3. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

(iii) *Desreconhecimento--Continuação*

Ativos financeiros

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, ou seja, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

(v) *Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge*

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos de câmbio futuros para proteger-se contra seus riscos de taxa de câmbio. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

No início de um relacionamento de *hedge*, a Companhia formalmente designa e documenta a relação de *hedge* à qual desejam aplicar a contabilidade de *hedge* e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o *hedge*.

Notas Explicativas

3. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

(v) *Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge*--Continuação

A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a Companhia avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de *hedge* (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de *hedge* e como determinar o índice de *hedge*). Um relacionamento de *hedge* se qualifica para contabilidade de *hedge* se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*;
- O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam dessa relação econômica; e
- O índice de *hedge* da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de *hedge* que a Companhia efetivamente utiliza para proteger essa quantidade de item protegido.

Hedges de fluxo de caixa

A Companhia utiliza contratos de *swap* como *hedge* para proteger sua exposição ao risco de moeda estrangeira em transações de dívida realizadas. A parcela ineficaz referente a contratos em moeda estrangeira, quando existente, é reconhecida como despesa financeira.

Para quaisquer *hedges* de fluxo de caixa, o montante acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado como um ajuste de reclassificação no mesmo período ou períodos durante os quais os fluxos de caixa protegidos afetam o resultado.

Se a contabilização do *hedge* de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por *hedge* ocorram.

Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do *hedge*, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito acima.

Notas Explicativas

3. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

(vi) *Receitas financeiras e despesas financeiras*

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de rendimentos de aplicações financeiras, juros e multa recebidos ou auferidos, variações cambiais ativas e ganhos com instrumentos financeiros derivativos.

As despesas financeiras abrangem despesas com encargos sobre empréstimos e debêntures, descontos concedidos, despesas e comissões bancárias, ajuste a valor presente de clientes, variações cambiais passivas, impostos sobre receita financeira (PIS/COFINS), perda com instrumentos financeiros derivativos.

c) Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

d) Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) *Ativos financeiros não-derivativos*

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

Notas Explicativas

3. Principais políticas contábeis--Continuação

d) Redução ao valor recuperável (impairment)--Continuação

(i) *Ativos financeiros não-derivativos--Continuação*

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

A Administração determinou que a perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é mensurada pela expectativa de perda futura através de padrões históricos de inadimplência, conforme matriz de provisões.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso para cada período dentro da sua categoria;
- Reestruturação de um valor devido em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Notas Explicativas

3. Principais políticas contábeis--Continuação

d) Redução ao valor recuperável (impairment)--Continuação

(i) *Ativos financeiros não-derivativos*--Continuação

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte, ou seja, quando não há expectativa de recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. Para créditos baixados como perda, recuperados através de ações comerciais, eventuais descontos concedidos são reconhecidos no resultado financeiro.

Contas a receber e ativos contratuais

A análise a seguir fornece mais detalhes sobre o cálculo das perdas de crédito esperadas relacionados ao contas a receber e ativos contratuais. A Companhia considera algumas das premissas utilizadas no cálculo dessas perdas de crédito esperadas como as principais fontes de incerteza da estimativa.

As perdas de crédito esperadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito real nos últimos 36 meses. A Companhia realizou o cálculo das taxas de perda de crédito esperada separadamente para clientes públicos e privados. As posições dentro de cada grupo foram segmentadas com base na característica comum de risco de crédito e status de inadimplência.

As alterações de exposição da Companhia ao risco de crédito durante o exercício estão descritas na nota explicativa nº 19.

(ii) *Ativos não financeiros*

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Notas Explicativas

3. Principais políticas contábeis--Continuação

d) Redução ao valor recuperável (impairment)--Continuação

(ii) *Ativos não financeiros--Continuação*

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

e) Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

f) Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Notas Explicativas

3. Principais políticas contábeis--Continuação

f) Arrendamentos--Continuação

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Além disso, a Companhia também aplica a isenção de reconhecimento para os ativos de baixo valor. Os pagamentos desses arrendamentos de curto prazo e de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

g) Benefícios a empregados

(i) *Benefício de curto prazo a empregados*

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado, a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tiver presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Notas Explicativas

3. Principais políticas contábeis--Continuação

g) Benefícios a empregados--Continuação

(ii) *Benefício pós-emprego - planos de saúde*

A Companhia oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia é copatrocinadora do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuário independente.

h) Ativos intangíveis

A Companhia possui como ativos intangíveis itens relacionados ao Contrato de Concessão de Serviços e direito de exploração de infraestrutura conforme descrito no item “j”. São mensurados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, à qual é calculada de acordo com a sua vida útil estimada.

i) Tributos

(i) *Imposto de renda e contribuição social*

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Imposto corrente

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Notas Explicativas

3. Principais políticas contábeis--Continuação

i) Tributos--Continuação

(i) *Imposto de renda e contribuição social--Continuação*

Imposto diferido

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício diferido são reconhecidos tendo como base os prejuízos fiscais, a base negativa da Contribuição Social, diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e aos valores utilizados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social descritas acima, compreendem o Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Exposições fiscais

Na determinação do Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de Imposto de Renda tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para Imposto de Renda no passivo está adequada com relação a todos os exercícios fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar os seus julgamentos quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com Imposto de Renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Notas Explicativas

3. Principais políticas contábeis--Continuação

i) Tributos--Continuação

(i) *Imposto de renda e contribuição social--Continuação*

Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

(ii) *Tributos sobre prestações de serviços*

O PIS/PASEP e COFINS do exercício são calculados com base nas alíquotas de 1,65% para PIS e 7,60% para COFINS, no mesmo sentido que geram créditos sobre as aquisições de mercadorias e serviços utilizados nas operações da Companhia.

O PIS/PASEP e COFINS diferidos no Balanço Patrimonial compreendem a proporção das receitas que não foram recebidas das operações com Órgãos Públicos, se mantendo assim até o momento do efetivo recebimento das receitas que lhe deram origem, quando o recolhimento será realizado.

j) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura

A Companhia adotou a prática contábil de ativar o preço total da delegação do serviço público (outorga) como um ativo intangível, em contrapartida a um passivo (quando aplicável), dos valores futuros a pagar ao Poder Concedente, ou seja, o contrato de concessão é considerado como um contrato não executório.

A infraestrutura recebida e/ou construída não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Os contratos preveem apenas acesso a esses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e podendo operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante um determinado prazo.

Notas Explicativas

3. Principais políticas contábeis--Continuação

j) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura--Continuação

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção.

No caso da Companhia não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, portanto nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria e ampliação em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pela vida útil ou pelo prazo da concessão, dos dois o menor.

k) Capitalização dos custos dos empréstimos e debêntures

Os custos dos empréstimos e debêntures atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção e/ou melhoria.

l) Demonstrações de valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas distribuições durante determinado exercício e é apresentada pela Companhia, como parte integrante das demonstrações financeiras.

m) Resultado por ação básico e diluído

O Resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo exercício.

Notas Explicativas

3. Principais políticas contábeis--Continuação

m) Resultado por ação básico e diluído--Continuação

O Resultado por ação diluído é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo exercício levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição.

n) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações que são validas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2022 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão vigentes.

Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1).

As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias, tais como:

- Contrato Oneroso - custos de cumprimento de contrato;
- Ativo imobilizado - vendas antes do uso pretendido; e
- Referências à Estrutura conceitual.

A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia.

IFRS 1 First-time Adoption of International Financial Reporting Standards - Subsidiária como adotante pela primeira vez

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia por não ser um adotante pela primeira vez.

IFRS 9 Financial Instruments - Taxas no teste de '10 por cento' para baixa de passivos financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros)

A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro.

Notas Explicativas

3. Principais políticas contábeis--Continuação

n) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022--Continuação

De acordo com as disposições transitórias, a Companhia aplica a emenda aos passivos financeiros que são modificados ou trocados no ou após o início do período de relatório anual em que a entidade aplica a emenda pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, pois não houve modificações nos instrumentos financeiros da Companhia durante o exercício.

IAS 41 Agriculture – Tributação em mensuração a valor justo (equivalente ao CPC 29 -Ativo Biológico e Produto Agrícola)

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia uma vez que não possuía ativos no âmbito da IAS 41 à data de relato.

o) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- IFRS 17 - Contratos de seguro
- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)
- Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)
- Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis. (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)
- Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis).

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa	8	3
Bancos conta movimento	2.468	2.544
	<u>2.476</u>	<u>2.547</u>

Notas Explicativas

5. Aplicações financeiras

Modalidade	2022	2021
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	294.726	297.938
Fundo de Investimento Safira	196.125	228.315
	<u>490.851</u>	<u>526.253</u>

A rentabilidade média atrelada ao CDI dos Certificados de Depósitos Bancários – CDB e do fundo de investimento é em média 102,62% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (97,44% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

A carteira dos fundos de investimentos onde a Companhia detém, correspondem a aplicações em outros fundos de investimento multimercado de crédito privado, não exclusivo. O fundo é registrado junto à CVM.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 19 - Instrumentos financeiros.

6. Contas a receber de clientes

	2022	2021
Serviços de água e esgoto	286.602	259.792
Receita a faturar de serviços de água e esgoto	23.028	20.443
(-) Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa	(44.880)	(40.524)
	<u>264.750</u>	<u>239.711</u>
 Circulante	 203.890	 170.823
Não circulante	60.860	68.888

Os vencimentos das contas a receber dos serviços de água e esgoto em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão assim representados:

Classe de consumidor	Saldos a vencer	Saldos vencidos					Total em 2022
		Até 180 dias	De 181 a 365 dias	De 366 a 730 dias	Mais de 731 dias	Total	
Residencial	54.623	44.365	23.186	-	-	67.551	122.174
Comercial	10.768	6.689	3.574	-	-	10.263	21.031
Industrial	1.022	20	44	-	-	64	1.086
Setor público	12.004	7.553	7.785	6	-	15.344	27.348
Subtotal consumidores	78.417	58.627	34.589	6	-	93.222	171.639
Renegociações (i)	105.694	6.104	1.960	1.198	7	9.269	114.963
	<u>184.111</u>	<u>64.731</u>	<u>36.549</u>	<u>1.204</u>	<u>7</u>	<u>102.491</u>	<u>286.602</u>

Notas Explicativas

6. Contas a receber de clientes--Continuação

Classe de consumidor	Saldos a vencer	Saldos vencidos				Total	Total em 2021
		Até 180 dias	De 181 a 365 dias	De 366 a 730 dias	Mais de 731 dias		
Residencial	47.689	39.025	17.570	-	-	56.595	104.284
Comercial	8.556	4.504	2.134	-	-	6.638	15.194
Industrial	146	23	10	-	-	33	179
Setor público	11.118	4.654	5.775	2.775	-	13.204	24.322
Subtotal consumidores	67.509	48.206	25.489	2.775	-	76.470	143.979
Renegociações (i)	106.510	6.327	2.157	814	5	9.303	115.813
	174.019	54.533	27.646	3.589	5	85.773	259.792

- (i) O saldo na linha de renegociações em 31 de dezembro de 2022 está líquido do ajuste a valor presente no valor de R\$ 13.165 calculados individualmente para cada fatura com base na taxa média de 6,22% a.a. (R\$ 9.409 e 4,30% a.a. em 31 de dezembro de 2021). Em 31 de dezembro de 2022, foram registrados no resultado do exercício o montante líquido de R\$ 3.756 de provisão de ajuste a valor presente (R\$ 4.690 em 31 de dezembro de 2021).

A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa têm as seguintes movimentações em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Natureza	Saldo em 2021	Resultado		Saldo em 2022
		Adições	Reversões	
Privado (ii)	(18.342)	(38.225)	33.249	(23.318)
Público	(244)	(410)	410	(244)
Renegociações	(21.938)	(13.034)	13.654	(21.318)
	(40.524)	(51.669)	47.313	(44.880)

Natureza	Saldo em 2020	Resultado		Saldo em 2021
		Adições	Reversões	
Privado (ii)	(16.152)	(27.760)	25.570	(18.342)
Público	-	(273)	29	(244)
Renegociações	(23.883)	(18.537)	20.482	(21.938)
	(40.035)	(46.570)	46.081	(40.524)

As baixas e recuperações de títulos têm as seguintes movimentações em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Natureza	Resultado		Total em 2022
	Baixas	Recuperações (iii)	
Privado (ii)	(33.369)	17.303	(16.066)
Público	(162)	285	123
Renegociações	(13.487)	15.690	2.203
	(47.018)	33.278	(13.740)

Notas Explicativas

6. Contas a receber de clientes--Continuação

Natureza	Resultado		
	Baixas	Recuperações (iii)	Total em 2021
Privado (ii)	(23.225)	12.104	(11.121)
Público	(165)	54	(111)
Renegociações	(17.594)	15.114	(2.480)
	<u>(40.984)</u>	<u>27.272</u>	<u>(13.712)</u>

(ii) O grupo compreende as categorias residencial, comercial e industrial.

(iii) Títulos anteriormente baixados para o resultado, foram recuperados com ação da Companhia por meio de cobranças e acordos que resultaram em novos parcelamentos ou recebimento de caixa.

7. Transações com partes relacionadas

Remuneração de pessoal chave da administração

As remunerações fixas e variáveis das pessoas chave, estão registradas no resultado do exercício pelo regime de competência, e inclui salários e benefícios diretos e indiretos. Em 31 de dezembro de 2022, as respectivas remunerações totalizaram um montante de R\$ 3.484 (R\$ 3.729 em 31 de dezembro de 2021).

Em Reunião de Conselho da Administração realizada em 16 de maio de 2022, foi aprovado a constituição de provisão para pagamento adicional de prêmio extraordinário aos diretores e a alta gerência no montante de R\$ 688.

Controladora

A controladora final da Companhia é a Arcos Saneamento e Participações Ltda. e a controladora direta é a Camastra Participações e Administração S.A. ("Camastra") que detêm 99,99% das ações que representam o seu capital social. A Companhia também tem como controladora indireta a Aegea Saneamento e Participações S.A que detêm 67,92% das ações que representam o capital social da Camastra.

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquelas datas, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações com acionistas, companhias a eles relacionadas e companhias do mesmo grupo econômico, e tais transações são realizadas de acordo com as condições acordadas entre as partes.

Notas Explicativas**7. Transações com partes relacionadas--Continuação**Outras transações com partes relacionadas--Continuação

As operações efetuadas durante os exercícios são demonstradas no quadro a seguir:

	2022	2021
Ativo circulante		
Outros créditos partes relacionadas		
Águas de Diamantino S.A. (d)	-	3
Águas do Rio 1 SPE S.A. (d)	-	153
Águas de Primavera S.A. (d)	106	-
Águas de Sinop S.A. (d)	165	-
Outras partes relacionadas (d)	149	203
	<u>420</u>	<u>359</u>
Ativo não circulante		
Aquisições de ativo de contrato da concessão no exercício		
Aesan Engenharia e Participações Ltda. (c)	6.546	11.405
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (b)	4.387	1.445
	<u>10.933</u>	<u>12.850</u>
	<u>11.353</u>	<u>13.209</u>
Passivo circulante		
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 10)		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (a)	2.820	2.803
Aesan Engenharia e Participações Ltda. (c)	1.121	873
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (b)	73	416
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (b)	720	483
Outras partes relacionadas (d)	-	44
	<u>4.734</u>	<u>4.619</u>
Outras contas a pagar partes relacionadas		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (d)	36	-
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (d)	209	-
	<u>245</u>	<u>-</u>
Dividendos a pagar		
Camastra Participações e Administração S.A.	-	53.945
	<u>4.979</u>	<u>58.564</u>
	2022	2021
Resultado do exercício		
Custos e Despesas		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (a)	(33.298)	(33.682)
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (b)	(2.820)	(5.070)
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (b)	(2.484)	(1.864)
	<u>(38.602)</u>	<u>(40.616)</u>

Notas Explicativas

7. Transações com partes relacionadas--Continuação

- (a) Refere-se à serviços administrativos prestados pelo centro de serviços compartilhados. Os serviços em questão se resumem a: contabilidade, tributário, financeiro, recursos humanos, administração de pessoal, centro de segurança da receita, tecnologia da informação e serviços administrativos.
- (b) Refere-se à serviços de implementação e manutenção de software prestados pela GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. e serviços de locação de veículos prestados pela LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda.
- (c) Refere-se à contratação de serviços associados a obras de construção e ampliação de redes de água e esgotamento sanitário.
- (d) Refere-se à repasse de gastos administrativos e operacionais.

8. Ativo de contrato da concessão

			2022	2021
			<u>163.318</u>	<u>137.335</u>
Ativo de contrato da concessão				
	2021		2022	
	Custo	Adições (i)	Transferências	Custo
Ativo de contrato da concessão	<u>137.335</u>	<u>161.036</u>	<u>(135.053)</u>	<u>163.318</u>
	2020		2021	
	Custo	Adições (i)	Transferências	Custo
Ativo de contrato da concessão	<u>119.470</u>	<u>157.346</u>	<u>(139.481)</u>	<u>137.335</u>

- (i) Os juros sobre empréstimos e debêntures são capitalizados nos ativos qualificáveis, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram capitalizados R\$ 14.144 a uma taxa média de 12,75% a.a. (R\$ 7.403 e 7,67% a.a. em 31 de dezembro de 2021)

Notas Explicativas

9. Intangível

Os valores registrados a título de intangível referem-se, substancialmente, ao direito de exploração da infraestrutura da concessão e apresenta as seguintes composições:

a) Composição dos saldos

Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	2022			2021
			Custo	(-) Amortização	Líquido	Líquido
Direito de exploração da infraestrutura						
Outorga / Contrato de concessão	60	1,7%	254.238	(90.097)	164.141	169.997
Instalações técnicas de saneamento	de 03 a 48	3,3%	908.802	(365.104)	543.698	502.642
Edificações de estações de tratamento	de 03 a 47	2,8%	300.079	(58.171)	241.908	208.820
Máquinas e equipamentos	de 05 a 48	4,8%	79.137	(26.350)	52.787	37.654
Outros componentes	de 03 a 48	6,8%	2.005	(1.367)	638	614
			1.544.261	(541.089)	1.003.172	919.727
Software						
Licença de uso de Software	de 03 a 10	17,4%	4.492	(3.213)	1.279	1.500
			4.492	(3.213)	1.279	1.500
			1.548.753	(544.302)	1.004.451	921.227
			2021			2020
Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	Custo	(-) Amortização	Líquido	Líquido
Direito de exploração da infraestrutura						
Outorga / Contrato de concessão	60	1,7%	254.238	(84.241)	169.997	175.853
Instalações técnicas de saneamento	de 03 a 48	3,4%	844.369	(341.727)	502.642	454.014
Edificações de estações de tratamento	de 03 a 47	2,8%	259.899	(51.079)	208.820	157.236
Máquinas e equipamentos	de 06 a 48	4,2%	60.642	(22.988)	37.654	37.125
Outros componentes	de 03 a 48	7,0%	1.841	(1.227)	614	778
			1.420.989	(501.262)	919.727	825.006
Software						
Licença de uso de Software	de 01 a 48	19,9%	4.062	(2.562)	1.500	5.502
			4.062	(2.562)	1.500	5.502
			1.425.051	(503.824)	921.227	830.508

Notas Explicativas

9. Intangível--Continuação

b) Movimentação do custo

Ativo	2021	2022			Custo
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	
Direito de exploração da infraestrutura					
Outorga / Contrato de concessão	254.238	-	-	-	254.238
Instalações técnicas de saneamento	844.369	62.904	(214)	1.743	908.802
Edificações de estações de tratamento	259.899	52.582	(76)	(12.326)	300.079
Máquinas e equipamentos	60.642	18.973	(4)	(474)	79.137
Outros componentes	1.841	164	-	-	2.005
	<u>1.420.989</u>	<u>134.623</u>	<u>(294)</u>	<u>(11.057)</u>	<u>1.544.261</u>
Software					
Licença de uso de Software	4.062	430	-	-	4.492
	<u>4.062</u>	<u>430</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.492</u>
	<u>1.425.051</u>	<u>135.053</u>	<u>(294)</u>	<u>(11.057)</u>	<u>1.548.753</u>
Ativo	2020	2021			Custo
	Custo	Adições	Baixa	Transferências	
Direito de exploração da infraestrutura					
Outorga / Contrato de concessão	254.238	-	-	-	254.238
Instalações técnicas de saneamento	763.083	76.818	(44)	4.512	844.369
Edificações de estações de tratamento	200.931	60.922	-	(1.954)	259.899
Máquinas e equipamentos	57.419	1.247	-	1.976	60.642
Outros componentes	1.836	-	-	5	1.841
	<u>1.277.507</u>	<u>138.987</u>	<u>(44)</u>	<u>4.539</u>	<u>1.420.989</u>
Software					
Licença de uso de Software	8.107	494	-	(4.539)	4.062
	<u>8.107</u>	<u>494</u>	<u>-</u>	<u>(4.539)</u>	<u>4.062</u>
	<u>1.285.614</u>	<u>139.481</u>	<u>(44)</u>	<u>-</u>	<u>1.425.051</u>

Notas Explicativas

9. Intangível--Continuação

c) Movimentação da amortização

Ativo	2021	2022			Amortização acumulada
	Amortização acumulada	Adições	Baixas	Transferências	
Direito de exploração da infraestrutura					
Outorga/Contrato de concessão	(84.241)	(5.856)	-	-	(90.097)
Instalações técnicas de saneamento	(341.727)	(32.443)	1	9.065	(365.104)
Edificações de estações de tratamento	(51.079)	(9.032)	3	1.937	(58.171)
Máquinas e equipamentos	(22.988)	(3.417)	-	55	(26.350)
Outros componentes	(1.227)	(140)	-	-	(1.367)
	(501.262)	(50.888)	4	11.057	(541.089)
Software					
Licença de uso de Software	(2.562)	(651)	-	-	(3.213)
	(2.562)	(651)	-	-	(3.213)
	(503.824)	(51.539)	4	11.057	(544.302)
Ativo	2020	2021			Amortização acumulada
	Amortização acumulada	Adições	Baixas	Transferências	
Direito de exploração da infraestrutura					
Outorga/Contrato de concessão	(78.385)	(5.856)	-	-	(84.241)
Instalações técnicas de saneamento	(309.069)	(31.989)	3	(672)	(341.727)
Edificações de estações de tratamento	(43.695)	(7.469)	-	85	(51.079)
Máquinas e equipamentos	(20.294)	(2.605)	-	(89)	(22.988)
Outros componentes	(1.058)	(165)	-	(4)	(1.227)
	(452.501)	(48.084)	3	(680)	(501.262)
Software					
Licença de uso de Software	(2.605)	(637)	-	680	(2.562)
	(2.605)	(637)	-	680	(2.562)
	(455.105)	(48.721)	3	-	(503.824)

A Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de testar os bens com vida útil definida em 31 de dezembro de 2022.

10. Fornecedores e empreiteiros

	2022	2021
Fornecedores de materiais e serviços	24.789	22.766
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 7)	4.734	4.619
	<u>29.523</u>	<u>27.385</u>
Circulante	21.870	25.003
Não circulante	7.653	2.382

Notas Explicativas**11. Empréstimos e debêntures**

Modalidade	Encargos	Vencimento final dos contratos	Valor Captado	2022	2021
<i>Loan</i>	Libor 6 meses + 3,25% a.a.	Dezembro/2026	27.814	17.305	23.141
Debêntures	CDI + 0,80% a 2,70% a.a.	Outubro/2024 a julho/2026	653.900	679.484	657.798
Debêntures	IPCA + 4,40% a.a.	Julho/2029	276.100	341.525	329.778
Cédula de Crédito Bancário	CDI + 3,80% a.a.	Junho/2023	100.000	-	59.573
				<u>1.038.314</u>	<u>1.070.290</u>
Circulante				212.162	64.589
Não circulante				826.152	1.005.701

Cronograma de amortização da dívida

As parcelas classificadas no passivo não circulante no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 têm o seguinte cronograma de vencimento:

Cronograma de amortização da dívida - empréstimos

	2022
2024	4.394
2025	4.394
2026	4.394
	<u>13.182</u>

Cronograma de amortização da dívida - debêntures

	2022
2024	175.000
2025	151.950
2026	151.950
2027	113.779
2028	113.779
2029 em diante	113.779
	<u>820.237</u>
	2022
Custo de captação (não circulante)	(7.267)
Total	<u>826.152</u>

Notas Explicativas**11. Empréstimos e debêntures--Continuação**

Movimentação das dívidas	2022	2021
Saldo inicial	1.070.290	1.335.090
(-) Pagamentos do principal	(64.405)	(311.192)
(-) Pagamentos de juros	(99.789)	(56.082)
Provisão de juros (nota explicativa nº 17)	116.186	88.361
Juros capitalizados no ativo de contrato da concessão	14.144	7.403
Variação cambial	(1.502)	1.744
Amortização do custo de captação do exercício	3.390	4.966
Saldo final	1.038.314	1.070.290

O saldo do custo de captação em 31 de dezembro de 2022 totaliza o montante de R\$ 10.052 (R\$ 13.441 em 31 de dezembro de 2021).

a) Debêntures

A Companhia emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações da espécie quirografária, conforme demonstrado a seguir:

Emissão	Data de emissão	Valor da emissão	Datas de pagamento	
			Principal	Juros
4ª emissão - 1ª série	Julho/2019	303.900	2 parcelas - julho 2025 e 2026	Semestral da emissão
4ª emissão - 2ª série	Julho/2019	276.100	3 parcelas - julho 2027, 2028 e 2029	Anual da emissão
5ª emissão	Outubro/2020	350.000	2 parcelas - outubro de 2023 e de 2024	Semestral da emissão

b) Loan Proparco

Em dezembro de 2014, a Companhia contratou uma linha de crédito com a Societe de Promotion Et De Participation Pour La Cooperation Economique S.A. (PROPARCO), já totalmente desembolsados, conforme demonstrado a seguir:

Valor contratado (US\$)	Taxa na contratação (R\$)	Data de desembolso	Valor desembolsado	Datas de pagamento	
				Principal	Juros
8.000	R\$ 3,48	junho/16	27.814	Semestral a partir de dezembro/17	Semestral da emissão

Notas Explicativas

11. Empréstimos e debêntures--Continuação

b) Loan Proparco--Continuação

As garantias relacionadas a tal operação são: (i) garantia fidejussória assumida pela interveniente garantidora Aegea Saneamento e Participações S.A. ("AEGEA"); e (ii) 9 notas promissórias correspondentes à 110% do valor de principal em aberto do empréstimo.

Com a finalidade de eliminar a exposição cambial, a Companhia contratou junto ao Banco Santander instrumento derivativo de Cross Currency Swap, sendo seu custo final de CDI + 2,70% a.a. Esse instrumento derivativo tem o mesmo período e fluxo de caixa da dívida, de forma a proteger o instrumento das variações cambiais durante todo o período do financiamento.

c) Cédula de Crédito Bancário

Em junho de 2020, a Companhia contratou linha de crédito (Cédula de Crédito Bancário) com o Banco Santander no valor de R\$ 100.000. O valor do principal e dos juros serão pagos semestralmente nos meses de junho e dezembro, sendo o primeiro pagamento em dezembro de 2020 e o último em junho de 2023. Essa operação foi totalmente liquidada em agosto/2022.

A Companhia mantém em seus empréstimos e debêntures, garantias, restrições e covenants usuais de mercado. Todas as cláusulas restritivas, quantitativas e qualitativas, referentes aos empréstimos e debêntures estão sendo cumpridas integralmente em 31 de dezembro de 2022.

12. Outras contas a pagar

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Direito de outorga a pagar (i)	13.041	26.501
Provisão de fundo social a pagar	385	334
Arrendamentos	4.269	3.692
Outros impostos diferidos	1.938	1.804
Outras contas a pagar	1.463	1.082
	<u>21.096</u>	<u>33.413</u>
 Circulante	 7.335	 6.229
Não circulante	13.761	27.184

- (i) O montante a pagar em 31 de dezembro de 2022 é assim subdividido: (a) R\$ 815 (R\$ 13.586 em 31 de dezembro de 2021) devido ao município de Campo Grande – MS que foi compensado no montante de R\$ 12.820 com débitos municipais existentes e (b) R\$ 12.226 devido ao Estado do Mato Grosso do Sul (R\$ 12.915 em 31 de dezembro de 2021) que será pago em parcelas mensais até outubro de 2030 sendo corrigidas anualmente pelo mesmo índice de correção da tarifa.

O valor do pagamento mensal devido ao município de Campo Grande - MS está suspenso conforme acordo entre as partes até a definição em relação ao pedido feito pela Companhia para manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato devido a antecipação de obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) solicitado pelo Poder Concedente Municipal em 2013.

Notas Explicativas

13. Depósitos judiciais e provisões

A Companhia é parte e, está se defendendo nas respectivas esferas, em autos de infração, processos administrativos e/ou judiciais, notificações e reclamações decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de aspectos cíveis, trabalhistas e tributários.

A Administração, com base nas avaliações dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas decorrentes dos riscos cíveis, trabalhistas e tributários que está exposto, assim como, vem mantendo seus compromissos de depositar recursos judicialmente, quando requerido nos andamentos processuais.

Natureza	Depósitos judiciais		Provisões	
	2022	2021	2022	2021
Cíveis	517	400	28	583
Trabalhistas	292	260	878	856
Tributários	309	307	6.810	11.258
	<u>1.118</u>	<u>967</u>	<u>7.716</u>	<u>12.697</u>

Movimentação das provisões

Natureza	2021	Resultado			Atualização monetária	2022
		Adições	Reversões	Pagamentos		
Cíveis	583	3.205	(1.876)	(1.884)	-	28
Trabalhistas	856	1.712	(563)	(1.127)	-	878
Tributários	11.258	-	(4.225)	-	(223)	6.810
	<u>12.697</u>	<u>4.917</u>	<u>(6.664)</u>	<u>(3.011)</u>	<u>(223)</u>	<u>7.716</u>

Natureza	2020	Resultado			Atualização monetária	2021
		Adições	Reversões	Pagamentos		
Cíveis	863	1.239	(734)	(785)	-	583
Trabalhistas	1.281	2.289	(1.178)	(1.536)	-	856
Tributárias	11.031	4	-	-	223	11.258
	<u>13.175</u>	<u>3.532</u>	<u>(1.912)</u>	<u>(2.321)</u>	<u>223</u>	<u>12.697</u>

Notas Explicativas

13. Depósitos judiciais e provisões--Continuação

Processos considerados passivos contingentes

A Companhia é parte integrante em ações judiciais e processos administrativos referentes a questões cíveis, trabalhistas e tributários, as quais são consideradas como passivos contingentes nas demonstrações financeiras, por não esperar que saídas de recursos sejam requeridas ou que o montante das obrigações não possa ser mensurado com suficiente confiabilidade. Tais ações e/ou processos foram avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco de perda possível e somavam o montante de R\$ 8.985 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 10.145 em 31 de dezembro de 2021), portanto, nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com essas ações e/ou processos tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização, conforme segue abaixo:

a) Processos cíveis

A Companhia possui processos que correspondem principalmente a ações envolvendo pleitos de reequilíbrio de contrato de concessão e de serviços, anulação de ato de dação de pagamento, indenizações por danos materiais e morais, em 31 de dezembro de 2022, totalizam R\$ 525 (R\$ 284 em 31 de dezembro de 2021) não existindo nenhum processo de valor individual significativo.

b) Processos trabalhistas

A Companhia possui processos que correspondem principalmente a pleitos de indenizações por danos materiais e morais e reclamações de horas extras e aviso prévio, em 31 de dezembro de 2022, totalizam R\$ 833 (R\$ 2.640 em 31 de dezembro de 2021) não existindo nenhum processo de valor individual significativo.

Notas Explicativas

13. Depósitos judiciais e provisões--Continuação

c) Processos tributários

A Companhia possui processos que totalizam um montante de R\$ 7.627 (R\$ 7.222 em 31 de dezembro de 2021). O principal processo refere-se:

A Secretaria da Receita Federal do Brasil em Campo Grande lavrou contra a Companhia dois autos de infração para: (i) exigência de IOF, multa de ofício e juros de mora, em razão da suposta realização de empréstimos de recursos financeiros para outras pessoas jurídicas de seu grupo empresarial, relativamente ao período compreendido entre janeiro de 2010 e dezembro de 2010; e (ii) exigência de IRPJ e CSLL, multa de ofício e juros de mora, em razão da glosa de despesas operacionais, e exigência de multa isolada relativos ao ano-calendário 2010. Em 30 de dezembro de 2013 a Companhia apresentou impugnações no âmbito administrativo, as quais aguardam julgamento em primeira instância pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento. As expectativas de perda das defesas apresentadas estão classificadas como possível, em razão de precedentes favoráveis do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) relacionados às matérias que foram objeto das defesas, bem como da possibilidade de discussão das matérias na esfera judicial. Esses processos totalizam um montante de R\$ 7.625 (R\$ 7.220 em 31 de dezembro de 2021).

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 19 de julho de 2021, a Aegea Saneamento e Participações S.A. transferiu a totalidade de sua participação societária na Companhia, representada por 111.800.013 ações ordinárias, para sua controlada Camastra Participações e Administração S.A.

Em 22 de julho de 2021 foram cumpridas as condições suspensivas previstas no Acordo de Investimento ("Acordo") celebrado entre a Aegea Saneamento e Participações S.A. e a IFIN Participações S.A., tendo está ingressado como acionista minoritária indireta da Companhia, por meio de subscrição e integralização de ações preferenciais na Camastra Participações e Administração S.A. no montante de R\$ 550.000, equivalente à uma participação proporcional de 32,08%.

Em 23 de julho de 2021 a acionista Camastra Participações e Administração S.A. aumentou o capital social da Companhia no montante de R\$ 219.212, em moeda corrente, representado por 219.212.021 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalizando um capital social integralizado de R\$ 343.639 representado por 331.012.034 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Os custos de transação incorridos na captação destes recursos totalizaram o montante de R\$ 26.293 (R\$ 17.356 líquido de impostos).

Notas Explicativas**14. Patrimônio líquido--Continuação****a) Capital social--Continuação**

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os acionistas e os respectivos percentuais de participação estão assim apresentados:

	2022	2021
Camastra Participações e Administração S.A..	99,99%	99,99%
Igarapé Participações S.A.	0,01%	0,01%
	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>

b) Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se à variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos reconhecidos em outros resultados abrangentes, bem como os respectivos efeitos tributários.

c) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), até o limite de 20% do capital social.

d) Dividendos

Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram atendidos conforme o quadro abaixo:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	286.241	227.138
(-) Constituição da reserva legal	(14.312)	(11.357)
Lucro líquido ajustado	<u>271.929</u>	<u>215.781</u>
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	67.982	53.945
Dividendos destinados no exercício		
Dividendos destinados do resultado do exercício	-	72.431
Dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos do resultado de exercícios anteriores	90.939	53.945
	<u>90.939</u>	<u>126.376</u>
Proposta de dividendos adicionais do exercício		
Dividendos adicionais propostos	<u>40.047</u>	<u>-</u>

Notas Explicativas**14. Patrimônio líquido--Continuação****d) Dividendos--Continuação**

Em 29 de julho de 2022, a Companhia declarou R\$ 90.939 de dividendos intermediários para sua acionista Camastra Participações e Administração S.A.

Em 14 de julho de 2022, a Companhia pagou R\$ 144.884 de dividendos para sua acionista Camastra Participações e Administração S.A.

Em 03 de janeiro de 2023, a Companhia declarou R\$ 79.030 de dividendos intermediários e R\$ 20.970 de dividendos intercalares.

Em 10 de janeiro de 2023, a Companhia declarou R\$ 23.160 dividendos intercalares.

Em 13 de janeiro de 2023, a Companhia pagou dividendos a sua acionista Camastra Participações S.A. no montante de R\$ 123.160.

e) Reserva de retenção de lucros

A Administração da Companhia, nos termos do art. 196 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), propôs retenção, conforme orçamento de capital, da parcela do lucro excedente a constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, que estará à disposição para destinação e aprovação na próxima AGO - Assembleia Geral Ordinária.

15. Receita operacional líquida

	2022	2021
Receita de prestação de serviços		
Serviços de abastecimento de água	436.286	389.426
Outros serviços indiretos de água	124.567	90.302
Serviços de esgoto	237.905	205.489
Outros serviços indiretos de esgoto	26.165	25.297
Receitas de construção ativo intangível	161.036	157.346
Total receita bruta	985.959	867.860
Deduções da receita bruta		
(-) Cancelamentos e abatimentos	(7.097)	(5.818)
(-) Impostos sobre serviços	(75.649)	(65.184)
Total da receita operacional líquida	903.213	796.858

Notas Explicativas

16. Custos e Despesas por natureza

	2022	2021
Pessoal	(34.209)	(31.346)
Conservação e manutenção	(3.506)	(3.141)
Serviços de terceiros	(49.288)	(50.445)
Materiais, equipamentos e veículos	(2.881)	(3.334)
Amortização e depreciação	(53.924)	(50.205)
Custo de concessão	(11.887)	(10.624)
Custo de construção ativo intangível	(161.036)	(157.346)
Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa	(4.356)	(489)
Baixa de títulos do contas a receber	(13.740)	(13.713)
(Reversões) Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	1.747	(1.620)
Energia elétrica	(53.804)	(48.037)
Produtos químicos	(3.732)	(3.761)
Locação	(3.560)	(3.959)
Outros	(11.581)	(3.923)
	<u>(405.757)</u>	<u>(381.943)</u>
Custos dos serviços prestados	(318.555)	(307.270)
Despesas administrativas e gerais	(87.202)	(74.673)

17. Resultado financeiro

	2022	2021
Receitas		
Rendimentos de aplicações financeiras (i)	61.386	21.486
Juros e multa recebidos ou auferidos	6.941	10.650
Variações cambiais ativas	5.726	4.411
Ganho com instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº 19)	4.477	7.880
Outras receitas financeiras	91	47
Receitas financeiras	<u>78.621</u>	<u>44.474</u>
Despesas		
Encargos sobre empréstimos e debêntures (nota explicativa nº 11)	(116.186)	(88.361)
Descontos concedidos	(5.815)	(8.455)
Despesas e comissões bancárias	(5.228)	(5.220)
Atualização monetária do saldo de outorga	-	(1.262)
Variações cambiais passivas	(4.222)	(6.155)
Perda com instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº 19)	(7.009)	(6.014)
Ajuste a valor presente de clientes (nota explicativa nº 6)	(3.756)	4.690
Impostos sobre receita financeira (PIS/COFINS)	(3.181)	(1.497)
Outras despesas financeiras	(5.163)	(5.846)
Despesas financeiras	<u>(150.560)</u>	<u>(118.120)</u>
Resultado financeiro	<u>(71.939)</u>	<u>(73.646)</u>

(i) No saldo de 31 de dezembro de 2022 foi incorridos juros sobre as rubricas de caixa e equivalentes de caixa no montante de R\$ 8.

Notas Explicativas**18. Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)****a) Imposto de renda e contribuição social correntes**

A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, está apresentada como segue:

	2022	2021
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	425.436	341.448
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(144.648)	(116.092)
Despesas indedutíveis	(178)	(612)
Provisão para bônus diretoria	(11)	-
Baixa de títulos do contas a receber	(164)	(663)
Inovação tecnológica	1.325	423
Doações Lei Rouanet e caráter desportivo	3.718	732
PAT	859	805
Outras diferenças permanentes	(96)	1.098
Imposto de renda e contribuição social:		
Corrente	(140.903)	(114.929)
Diferido	1.708	620
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(139.195)	(114.309)
Alíquota efetiva	33%	34%
Movimentação do imposto de renda e contribuição social pagos	2022	2021
Total do imposto de renda e contribuição social corrente apurados	(140.903)	(114.929)
Saldos pagos referente a anos anteriores	(32.003)	(5.323)
Antecipação do IRPJ e CSLL	(797)	-
Itens que não afetaram o caixa (ver composição a seguir)	48.655	43.145
Total do IRPJ e CSLL pagos conforme demonstração do fluxo de caixa	(125.048)	(77.107)
Transações que afetaram o imposto, mas não envolveram caixa:		
Compensações referente retenções na fonte	13.149	3.102
IRPJ e CSLL apurado sobre gastos com emissão de ações	-	8.941
IRPJ/CSLL s/ SELIC repetição de indébito tributário	-	(1.217)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	35.506	32.319
Total	48.655	43.145

Notas Explicativas**18. Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)--Continuação****b) Composição e movimentação dos impostos diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis pelo regime de competência.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2021	Resultado	Patrimônio Líquido	2022
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	13.778	1.481	-	15.259
Provisão para participação nos lucros	1.579	54	-	1.633
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	491	(181)	-	310
Ajuste a valor presente de clientes	3.199	1.277	-	4.476
Outorga diferida anos anteriores	4.645	(121)	-	4.524
Instrumento financeiro derivativo	-	-	142	142
Variação cambial	3.012	(1.018)	-	1.994
Arrendamentos	75	7	-	82
Perda com clientes	943	(118)	-	825
Baixa por perda parcelamentos	71	44	-	115
Ativo fiscal diferido	27.793	1.425	142	29.360
Amortização de intangível (i)	(81.737)	2.115	-	(79.622)
Juros capitalizados	(12.094)	(4.384)	-	(16.478)
Custo de captação de empréstimos e debêntures	(4.570)	1.152	-	(3.418)
Instrumento financeiro derivativo	(481)	(1.009)	481	(1.009)
Variação cambial	(2.032)	2.032	-	-
Baixa de títulos do contas a receber	(11.683)	600	-	(11.083)
Diferimento do lucro dos órgãos públicos	(3.463)	(223)	-	(3.686)
Passivo fiscal diferido	(116.060)	283	481	(115.296)
Passivo fiscal diferido líquido	(88.267)	1.708	623	(85.936)

Notas Explicativas

18. Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)--Continuação

b) Composição e movimentação dos impostos diferidos--Continuação

	2020	Resultado	Patrimônio Líquido	2021
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	13.612	166	-	13.778
Provisão para participação nos lucros	1.099	480	-	1.579
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	730	(239)	-	491
Ajuste a valor presente de clientes	4.793	(1.594)	-	3.199
Outorga diferida anos anteriores	4.775	(130)	-	4.645
Variação cambial	2.955	57	-	3.012
Arrendamentos	56	19	-	75
Perda com clientes	1.579	(636)	-	943
Baixa por perda parcelamentos	-	71	-	71
Ativo fiscal diferido	29.599	(1.806)	-	27.793
Amortização de intangível (i)	(83.851)	2.114	-	(81.737)
Juros capitalizados (ii)	(9.962)	(2.132)	-	(12.094)
Custo de captação de empréstimos e debêntures	(6.258)	1.688	-	(4.570)
Instrumento financeiro derivativo	(657)	-	176	(481)
Variação cambial	(2.056)	24	-	(2.032)
Baixa de títulos do contas a receber	(12.506)	823	-	(11.683)
Diferimento do lucro dos órgãos públicos	(3.370)	(93)	-	(3.463)
Passivo fiscal diferido	(118.660)	2.424	176	(116.060)
Passivo fiscal diferido líquido	(89.061)	618	176	(88.267)

(i) Conforme o artigo 69 da lei 12.973/14, a diferença em 31 de dezembro de 2014 entre o total da amortização contábil e fiscal, será adicionado na apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL, em quotas fixas mensais e durante o prazo restante de vigência do contrato, valor realizado em 31 de dezembro de 2022 R\$ 6.219 (R\$ 6.219 em 31 de dezembro de 2021).

19. Instrumentos financeiros

Visão Geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

Notas Explicativas

19. Instrumentos financeiros--Continuação

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração da Companhia tem a responsabilidade pelo estabelecimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco e os gestores de cada área se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras.

A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa, em 31 de dezembro de 2022, é de R\$ 44.880, representando aproximadamente 14,49% do saldo de contas a receber em aberto naquela data. Em 31 de dezembro de 2021, esta provisão era de R\$ 40.524, representando aproximadamente 14,46% do saldo de contas a receber em aberto naquela data.

Também, a Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Bancos conta movimento	4	2.468	2.544
Aplicações financeiras	5	490.851	526.253
Contas a receber de clientes	6	264.750	239.711
Instrumentos financeiros derivativos		5.129	9.970
		<u>763.198</u>	<u>778.478</u>

Notas Explicativas**19. Instrumentos financeiros--Continuação****Estrutura de gerenciamento de risco--Continuação*****Risco de liquidez***

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

2022							
	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos							
Fornecedores e empreiteiros	29.523	29.522	21.869	7.653	-	-	-
Empréstimos e debêntures	1.038.314	1.639.229	294.052	265.424	214.219	195.004	670.530
Outras contas a pagar	21.096	21.459	5.683	3.041	2.636	2.188	7.911
	<u>1.088.933</u>	<u>1.690.210</u>	<u>321.604</u>	<u>276.118</u>	<u>216.855</u>	<u>197.192</u>	<u>678.441</u>
2021							
	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos							
Fornecedores e empreiteiros	27.385	27.386	25.004	2.382	-	-	-
Empréstimos e debêntures	1.070.290	1.757.378	139.135	302.207	254.444	207.943	853.649
Outras contas a pagar	31.609	36.588	4.635	2.810	4.013	4.022	21.108
	<u>1.129.284</u>	<u>1.821.352</u>	<u>168.774</u>	<u>307.399</u>	<u>258.457</u>	<u>211.965</u>	<u>874.757</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Notas Explicativas

19. Instrumentos financeiros--Continuação

Estrutura de gerenciamento de risco--Continuação

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado - tais como as taxas de câmbio e taxas de juros - têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

- Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações financeiras, empréstimos e debêntures e outras contas a pagar.

Na data das demonstrações financeiras da Companhia, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	Valor contábil	
	2022	2021
Instrumentos de taxa variável		
<i>Ativos financeiros</i>		
Aplicações financeiras	490.851	526.253
Instrumentos financeiros derivativos	5.129	9.970
	<u>495.980</u>	<u>536.223</u>
Instrumentos de taxa variável		
<i>Passivos financeiros</i>		
Empréstimos e debêntures	1.048.366	1.083.731
Outras contas a pagar	17.310	30.193
	<u>1.065.676</u>	<u>1.113.924</u>

A Administração da Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

Notas Explicativas

19. Instrumentos financeiros--Continuação

Estrutura de gerenciamento de risco--Continuação*Risco de taxa de juros--Continuação*

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado e no patrimônio líquido na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Exposição Patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva a.a. em 2022	Cenários				
				I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1- Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	490.851	Variação do CDI	13,65%	67.001	83.751	100.502	50.251	33.501
2- Passivos financeiros								
Debêntures	(348.171)	Variação do IPCA	5,78%	(20.124)	(25.155)	(30.186)	(15.093)	(10.062)
Empréstimos e debêntures	(682.577)	Variação do CDI	13,65%	(93.172)	(116.465)	(139.758)	(69.879)	(46.586)
Outorga a pagar	(13.041)	Variação do INPC	5,93%	(773)	(966)	(1.160)	(580)	(387)
1 + 2 - Exposição líquida	(552.938)			(47.068)	(58.835)	(70.602)	(35.301)	(23.534)

Risco de taxas de câmbio

Os riscos de taxas de câmbio decorrem da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para contratação de instrumentos financeiros.

Para mitigar tais riscos de variação cambial, os instrumentos financeiros da Companhia em moeda estrangeira estão cobertos com a contratação de operações de *hedge* através de instrumentos financeiros derivativos do tipo *swap*.

O resumo dos dados quantitativos sobre a exposição para o risco de moeda estrangeira da Companhia baseia-se na sua política de gerenciamento de risco conforme abaixo:

			Taxa de câmbio em 2022	Cenários				
Risco Cambial	Exposição	Unidade		I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1- Instrumentos derivativos								
Empréstimos	(3.377)	USD	R\$ 5,2177	(1.225)	(1.531)	(1.838)	(919)	(613)
Swap - Ponta ativa	3.798	USD	R\$ 5,2177	1.378	1.722	2.067	1.033	689
1 + 2 - Exposição líquida	421			153	191	229	114	76

Notas Explicativas

19. Instrumentos financeiros--Continuação

Gerenciamento do capital

A Administração da Companhia procura manter um equilíbrio entre risco, retorno e liquidez na gestão de capital de giro, cujas aplicações financeiras de curto prazo estão atreladas a fundos de investimentos e Certificados de Depósitos Bancários - CDB de liquidez imediata.

Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

No quadro a seguir, apresentamos os valores contábeis e justos, bem como a classificação e a hierarquia dos instrumentos financeiros.

			Hierarquia do valor justo	Valor contábil		Valor Justo	
	Nota	Classificação por categoria		2022	2021	2022	2021
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa (i)	4	Custo amortizado	Nível 2	2.476	2.547	2.476	2.547
Aplicações financeiras (i)	5	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	490.851	526.253	490.851	526.253
Contas a receber de clientes (i)	6	Custo amortizado	Nível 2	264.750	239.711	264.750	239.711
Instrumentos financeiros derivativos		Valor justo - Instrumentos de hedge	Nível 2	5.129	9.970	5.129	9.970
Total				763.206	778.481	763.206	778.481
Passivo							
Fornecedores e empreiteiros (i)	10	Custo amortizado	Nível 2	29.523	27.385	29.523	27.385
Empréstimos e debêntures (ii)	11	Custo amortizado	Nível 2	1.038.314	1.070.290	1.134.329	1.198.273
Dividendos a pagar (i)	7	Custo amortizado	Nível 2	-	53.945	-	53.945
Outras contas a pagar (i)	12	Custo amortizado	Nível 2	21.096	33.413	21.096	33.413
Total				1.088.933	1.185.033	1.184.948	1.313.016

- (i) Para algumas das operações a Administração da Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações.
- (ii) Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM & F Bovespa e Bloomberg) acrescidas dos spreads contratuais e trazido a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

Hedge Accounting

Instrumentos financeiros derivativos

Os acionistas aprovaram em assembleia, a contratação de contrato de *swap*, com o objetivo de trocar a variação cambial do dólar norte americano + 4,89% por um percentual do CDI - Certificado de Depósito Interbancário + 2,70%.

Notas Explicativas**19. Instrumentos financeiros--Continuação**Hedge Accounting--Continuação*Instrumentos financeiros derivativos--Continuação*

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia mantém os instrumentos financeiros derivativos de *swap* para a cobertura do risco de câmbio, conforme demonstrado:

Derivativo	Nocional	Ativo	Passivo	Mercado	Vencimento	Ativo	
						2022	2021
Swap	4.632	USD + 4,89% a.a.	CDI + 2,70% a.a.	CETIP	15/dez/26	5.129	9.970
Circulante						315	1.240
Não circulante						4.814	8.730

A Companhia possui como política avaliar a necessidade de adoção de *Hedge Accounting* para as operações utilizadas em sua gestão de riscos financeiros. Sendo assim a Companhia designou a operação apresentada abaixo para *hedge accounting* de fluxo de caixa, a qual apresenta o índice de *hedge* equivalente a 1,0, sendo que os ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados para *hedge* de fluxo de caixa, enquanto não realizados estão registrados no patrimônio líquido, e o valor de *accrual* no resultado conforme demonstrado abaixo:

	Patrimônio Líquido 2021	Variação	Patrimônio Líquido 2022
Instrumentos financeiros derivativos designados como <i>hedge</i> de fluxo de caixa:			
Riscos de variação cambial	1.416	(1.833)	(417)
IR/CS diferidos	(481)	623	142
Ganhos (Perdas) líquidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	935	(1.210)	(275)
	Resultado 2021		Resultado 2022
Instrumentos financeiros derivativos designados como <i>hedge</i> de fluxo de caixa:			
Ganhos (Perdas) líquidos reconhecidos no resultado do exercício (nota explicativa nº 17)	1.866		(2.532)

Para testar a efetividade do *hedge*, a Companhia usa o método do derivativo hipotético comparando as mudanças no valor justo dos instrumentos de *hedge* com as mudanças no valor justo dos itens protegidos atribuíveis aos riscos protegidos.

Notas Explicativas

19. Instrumentos financeiros--Continuação

Hedge Accounting--Continuação

Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

As fontes de inefetividade de *hedge* podem ser oriundas de:

- Índices diferentes (e, conseqüentemente, curvas diferentes) associados ao risco protegido dos itens cobertos e instrumentos de *hedge*;
- O risco de crédito das contrapartes tem um impacto diferente nos movimentos do valor justo dos instrumentos de *hedge* e itens protegidos;
- Alterações na quantia prevista de fluxos de caixa de itens protegidos e instrumentos de *hedge*.

Valor justo

Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos

A Companhia divulga um quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado, considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Companhia está exposta na data do balanço, incluindo todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

A Administração considera o dólar do cenário base de R\$ 5,2177/US\$. O cenário I é o dólar a R\$ 4,1742/US\$, o cenário II é o dólar a R\$ 2,9815/US\$ e o cenário III é o dólar a R\$ 2,6089.

Além disso, considera-se como risco a alta do CDI. A Companhia considera como cenário base a curva de taxas referenciais DI x Pré divulgadas pela B3 no dia 31 de dezembro de 2022. A Companhia estimou o Cenário I com um impacto de 25% ao longo de toda a curva, o Cenário II com um impacto de 75% e o Cenário III com um impacto de 100%.

A Administração considera ainda o risco da alta do Cupom Cambial. A Companhia considera como cenário base a curva de taxas referenciais Cupom Limpo divulgadas pela B3 no dia 31 de dezembro de 2022. A Companhia estimou o Cenário I com um impacto de 25% ao longo de toda a curva, o Cenário II com um impacto de 75% e o Cenário III com um impacto de 100%.

Notas Explicativas

19. Instrumentos financeiros--Continuação

Valor justo--Continuação

Instrumentos financeiros “não derivativos” --Continuação

Dessa forma, temos o seguinte quadro demonstrativo de análise de sensibilidade:

Instrumento	Exposição	Risco	2022		
			Cenários		
			I	II	III
Swap	5.129	Variação USD	1.625	(2.379)	(3.631)
		Alta Curva CDI	5.111	5.071	5.048
		Alta Curva Cupom Cambial	4.701	3.918	3.558

20. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a cobertura de seguros era composta por:

	2022	2021
Danos materiais	111.000	124.000
Responsabilidade civil	120.000	100.000
Equipamentos e Veículos	584	-
Executante concessionário	37.043	28.403
Riscos de engenharia	102.000	80.952

21. Resultado líquido por ação

Resultado básico e diluído por ação

	2022	2021
Resultado básico e diluído por ação		
Lucro líquido da Companhia	286.241	227.138
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	331.012	209.094
Lucro básico e diluído por ação - R\$	0,86	1,09

A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

Notas Explicativas

22. Compromissos vinculados a contratos de concessão

A Companhia possui a obrigação de pagamento da outorga devida ao Estado do Mato Grosso do Sul, mensalmente até outubro de 2030, sendo corrigido anualmente pelo mesmo índice de correção da tarifa. Já os valores de outorga devidos ao município de Campo Grande - MS estão temporariamente suspensos conforme mencionado na nota explicativa nº 13 Outras contas a pagar.

Além disso, a Companhia deverá pagar mensalmente 0,5% do faturamento para implantação de obras e ações de interesse social, voltados à população carente, conforme indicação dos locais e famílias pela Prefeitura Municipal de Campo Grande.

A Companhia também possui compromisso mensal de pagamento ao Poder Concedente da taxa de regulação, que corresponde a 1% da receita bruta referente aos serviços de abastecimento de água e dos serviços de esgoto.

O contrato e seus aditivos, preveem valores referenciais para o cumprimento dos marcos contratuais do plano executivo de investimentos até o final da concessão em R\$ 607.146, em valores históricos firmados na data da assinatura do contrato de concessão. As metas de atendimento global, deverão atingir os seguintes índices: (i) Manter os níveis de atendimento dos serviços prestados de abastecimento de água em 100% até o final do contrato; ii) manter os níveis de redução de perdas em 28% até o final da concessão. (iii) quanto ao sistema de esgotamento sanitário município, a Companhia redireciona os investimentos em cobertura de esgotamento sanitário para acompanhamento do cronograma de obras de pavimentação e implantação de redes de drenagem de águas pluviais, previstas no programa “Pavimentação e qualificação de vias urbanas” da Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades, que são de responsabilidade da Prefeitura Municipal

23. Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas as regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Administração da Companhia acredita que nenhuma provisão adicional para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

Proposta de Orçamento de Capital**PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA 2023***(valores expressos em milhares de reais)*

Proposta de Orçamento de Capital:	R\$ 299.000
--	--------------------

Aplicações

Investimento planejado para atendimento a compromissos da Companhia	R\$ 299.000
---	-------------

Origens / Fontes de Financiamento

Reserva de Retenção de Lucros destinada no exercício de 2022	R\$ 231.882
--	-------------

Outros recursos próprios ou de terceiros	R\$ 67.118
--	------------

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Diretores da
Águas Guariroba S.A.
Campo Grande – MS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Águas Guariroba S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Redução ao valor recuperável das contas a receber

A mensuração da estimativa de redução ao valor recuperável das contas a receber necessita que a diretoria da Companhia faça o uso de julgamentos significativos relacionados aos dados, critérios e premissas utilizadas. Em função da estimativa envolver um elevado nível de julgamento por parte da diretoria e a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo nível de inadimplência, política de renegociação e parcelamentos e levando em consideração as características específicas da concessão, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento com responsáveis da diretoria acerca dos principais critérios envolvidos na elaboração das premissas da estimativa do valor recuperável das contas a receber; (ii) avaliação das estimativas utilizadas pela diretoria em relação às perdas esperadas contabilizadas; (iii) análise da integridade das bases de cálculo utilizadas; (iv) testes em bases amostrais com o objetivo de validar o histórico de perda e a classificação dos ativos entre as categorias privado, setor público e renegociações; (v) recálculo matemático dos índices de inadimplência; e (vi) inspeção, em base amostral, das documentações que suportavam negociações realizadas com clientes que justificassem a avaliação da diretoria com relação a parcelamentos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a redução ao valor recuperável das contas a receber, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos respectivos ativos adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas 3.d. e 6, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Capitalização de gastos nos ativos de contrato de concessão e intangível

Os contratos de concessões representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela interpretação contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (correlato ao IFRIC 12), o qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores e montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas 3.h., 3.j., 8 e 9.

A mensuração do ativo de contrato de concessão e consequentemente do intangível é afetada por elementos subjetivos devido às naturezas diversas dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão, bem como devido ao grau de julgamento para a determinação do ativo intangível. Desta forma, identificamos a capitalização de gastos no ativo de contrato de concessão e intangível como área significativa de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação dos critérios de classificação de gastos como ativo de contrato de concessão e intangível, incluindo aquelas relacionadas ao método de percentual de conclusão das obras; (ii) teste das adições do ativo de contrato de concessão e intangível para validação da existência e avaliação da natureza do gasto e a correta classificação; e (iii) avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo de contrato de concessões e sua aplicabilidade aos critérios estabelecidos pelo contrato de concessão e normas contábeis vigentes.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios de capitalização de gastos ao ativo de contrato de concessão adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas 3.h., 3.j., 8 e 9, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva

razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 23 de fevereiro de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-027623/F

José Antonio de Andrade Navarrete
Contador CRC-1SP198698/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO**

Pelo presente instrumento, os diretores da Águas Guariroba S.A, sociedade por ações com sede na Rua Antônio Maria Coelho, n° 5.401, Bairro Santa Fé, no Município de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul, CEP 79.021-170 ("Companhia"), abaixo designados, declaram que:

reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, nos termos e para fins do parágrafo 1°, inciso VI, do artigo 25 da Instrução CVM n° 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada.

Campo Grande/MS, 23 de fevereiro de 2023.

THEMIS DE OLIVEIRA
Diretor Presidente

ANDRÉ PIRES DE OLIVEIRA DIAS
Diretor de Relações com Investidores

GABRIEL MARTINS BUIM
Diretor Executivo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, os diretores da Águas Guariroba S.A, sociedade por ações com sede na Rua Antônio Maria Coelho, nº 5.401, Bairro Santa Fé, no Município de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul, CEP 79.021-170 ("Companhia"), abaixo designados, declaram que:

reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso V, do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada

Campo Grande/MS, 23 de fevereiro de 2023.

THEMIS DE OLIVEIRA
Diretor Presidente

ANDRÉ PIRES DE OLIVEIRA DIAS
Diretor de Relações com Investidores

GABRIEL MARTINS BUIM
Diretor Executivo